

CRISTIANE PIRES GUANABARA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:
NECESSIDADE DO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Claudia Maria França Mazzei Nogueira


**FLORIANÓPOLIS – SC
2008**


CRISTIANE PIRES GUANABARA


Responsabilidade Social na Caixa Econômica Federal: Necessidade do profissional Assistente Social?

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequadamente para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado pelo Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Presidente: 
Prof. Claudia Maria França Mazzei Nogueira (Dra.)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Departamento de Serviço Social

1ª Examinador 
Prof. Helder Boska de Moraes Sarmento (Dr.)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Departamento de Serviço Social

2ª Examinadora: 
Prof. Maria Izabel da Silva (Ms)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Departamento de Serviço Social

Florianópolis (SC), 03 de março de 2009.

AGRADECIMENTOS

Numa trajetória tão desafiadora e ao mesmo tempo prazerosa que é a graduação, deparamo-nos constantemente com situações que provocam mudanças significativas em nossas vidas. Antes de discorrer sobre os merecidos agradecimentos, quero ressaltar que estas mudanças foram primordiais para a constituição do meu ser, ou melhor, do meu novo ser, que nasce a cada dia renovado e que ainda se surpreende e aprende diante destas situações. Situações que ora provocaram dor, ora amor, quando não os dois ao mesmo tempo, mas que se pudessem ser vividas novamente eu as viveria, pois o meu mundo seria incompleto sem as pessoas que passaram pela minha vida ao longo desses 04 anos e sem as situações que estas me fizeram vivenciar.

Primeiramente agradeço a Deus, todos os dias, pela vida que me foi ofertada e pela força que me oportunizou concluir mais esta etapa.

Agradeço a minha família, meu alicerce. Principalmente meu porto seguro, meu pai e minha amada mãe por tudo. Cada um com a sua maneira de se manifestar e encarar a vida, mas por trás de cada ensinamento, exemplo, incentivo, bronca, conversas e discussões, sempre me fizeram sentir uma filha amada, importante em suas vidas e motivo de orgulho para eles. Se esta etapa foi concluída, certamente o amor incondicional e o esforço deles em me entender quando nem eu mesmo me entendia foi essencial. Sou uma privilegiada por ter uma família unida e feliz, apesar dos problemas e dificuldades. Dedico este sentimento de vitória a eles e aos meus amados irmãos que diziam que eu era a inteligente da casa e que sempre acreditaram no meu potencial, diziam que eu ia longe. E vou longe mesmo, mas com vocês sempre perto de mim.

Aos amigos, verdadeiros presentes que ganhei com a vivência acadêmica e que levarei para sempre: Katita, Graciano, Deby, Dani, Fabiano, Magda e muitos colegas que tive o prazer de conviver e conhecer e que hoje ocupam um lugarzinho especial em meu coração. A estes amigos em especial agradeço pelos maravilhosos momentos, pela ajuda nas horas mais difíceis (e não foram poucas), pela bagunça para descontrair a aula, pelas besteiras ditas e que ficaram marcadas, pelo esforço de cada um nos trabalhos em grupo (vocês formam o melhor grupo que já trabalhei), pela amizade sincera que rompeu as barreiras da sala de aula e a mera formalidade da formação de um grupo. Com cada um de vocês tive experiências e aprendizados que levarei para minha vida e com certeza o fato de me tornarem digna da amizade de vocês faz de mim uma pessoa privilegiada. Obrigada por existirem em minha vida!

Também não posso deixar de mencionar a importância do aprendizado fora das salas de aula, mais precisamente no cotidiano do trabalho. Enquanto fui bolsista no DAE sempre fui tratada com muito carinho, respeito, amizade, reconhecimento e importância, fato este que me fazia a cada dia acreditar ainda mais no meu potencial e que ajudaram a lapidar a profissional que sou hoje. Os exemplos de profissionalismo que tive são motivos de orgulho para mim, pois não é sempre que se pode estar ao lado de pessoas de bem, pessoas iluminadas e brilhantes em suas atuações. Os meus agradecimentos (com o coração carregado de saudades) a: Félix, Rosângela, Águida, Toninho, Nice, Maria Eugênia, Brígida, Bete, Nair, a turma do Setor de Expedição e Registro de Diplomas do DAE que não poupava esforços em me ensinar, ajudar

e incentivar sempre. Essa turma fazia as minhas tardes mais felizes (principalmente as terças, com a “terça da mortadela”, nome dado por mim ao nosso café da tarde das terças, quando nos juntávamos para mais que um café da tarde, nos juntávamos para nos apoiar e fortalecer esse laço de amizade que nos une até hoje). Amo vocês, de verdade!

Quando fui obrigada a deixar o DAE, o vazio da convivência com pessoas tão especiais logo foi preenchido, pois pessoas igualmente competentes, maravilhosas e especiais trataram logo de galgar seus lugares em meu coração. De tão competentes que são fizeram mais que isso: se tornaram essenciais em minha vida. Sabe aquela máxima de que “quando eu crescer eu quero ser assim”? Então, quando eu crescer, eu quero ser que nem muita gente, principalmente que nem as minhas grandes amigas Rosângela Koettker e Marion Bittencourt. Eu poderia discorrer mil adjetivos sobre elas, mas resumindo em uma só palavra, hoje elas são essenciais em minha vida. São profissionais de grande quilate, professoras pacientes, amigas de primeira, parceiras sem igual, mães postiças (muitas vezes seus colinhos foram indispensáveis), enfim, tornei-me fã incondicional delas não foi à toa. A elas, o meu amor, carinho e agradecimento eternos. Mas elas não são as únicas desse time de estrelas. Nesse tempo em que pude ser estagiária da CAIXA conheci pessoas simplesmente maravilhosas, que mesmo estando na condição de estagiária, me tratavam com um profissionalismo ímpar, quase que exclusivo. A vocês, todo o meu carinho e agradecimento eternos: Cecília (parceira), Rosane Ruiz (igualmente parceira), Juliana, Eliana (queridíssima), Wilson (Avaiano gente boa), Rosana Aragão, Fernanda, (todos estes exclusivos da equipe do social da GIDUR/FL), Antônio, Janete, Cris, enfim, muita gente da GIDUR/FL em suas diferentes áreas, os quais eu agradeço por tudo!

Um agradecimento mais que especial ao meu Charles, meu grande amor que transformou minha vida em felicidade constante desde que o conheci. Seu amor, carinho, amizade, companheirismo e paciência (principalmente) foram essenciais para a conclusão desta etapa, a primeira de muitas que passaremos juntos, unidos sempre, sem dúvida! A cada dia meu amor por ti aumenta (sabia?) e eu espero compartilhar ainda muitos momentos felizes ao seu lado. Muito obrigada por tudo amor! Te amo muito!!

Por fim, não menos importante, meus agradecimentos especiais a minha orientadora e ícone, Professora Cláudia Mazzei Nogueira, uma pessoa que transmite o saber como poucas e que foi provocadora e revolucionária num momento em que eu achava que as coisas não tinham mais jeito. Transformasse a minha jornada acadêmica para melhor a partir do momento em que pude beber da tua fonte. Muita coisa mudou depois de Cláudia Mazzei em minha vida acadêmica. Obrigada minha querida! E estendo estes agradecimentos à queridíssima servidora Rosana Gaio, sempre carinhosa e disponível a nos ajudar e também às professoras e professores que foram nota dez e àqueles que me tiraram o sono e a saúde em alguns momentos, mas que a cada desafio vivenciado, eu saía mais fortalecida, sem dúvida. Por alguns momentos eu os detestei, chorei de raiva por causa deles, mas hoje entendo que todo este processo foi importante para que eu soubesse lidar e enfrentar as situações mais adversas. Aos professores do curso de Serviço Social da UFSC, meus agradecimentos!

GUANABARA, Cristiane Pires. Responsabilidade Social na Caixa Econômica Federal: Necessidade do profissional Assistente Social? 2008. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

RESUMO

O presente trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática Responsabilidade Social enquanto um dos reflexos das novas relações engendradas entre Estado e Sociedade Civil diante da conjuntura posta. A partir da oportunidade de Estágio Supervisionado em Serviço Social na Instituição Caixa Econômica Federal – CAIXA, mais precisamente na Gerência de Filial de Desenvolvimento Urbano de Florianópolis – GIDUR/FL, foi possível a investigação das principais práticas desta modalidade na Instituição. Assim, o objetivo deste trabalho pauta-se na tentativa de responder se faz-se necessária ou não a inserção do profissional Assistente Social nestas práticas. Para isto, serão elencadas as principais inflexões da relação Estado e Sociedade Civil ao longo da história e da ingerência do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico, bem como aspectos da historicidade da profissão até os dias atuais, aspectos estes que ressaltam elementos passíveis de reflexão para entendimento de suas atuais possibilidades.

Palavras-chave: Estado, Sociedade Civil, Terceiro Setor, Responsabilidade Social Empresarial, Caixa Econômica Federal, Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
APCEF - Associação de Pessoal da CAIXA
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BLP - Best Practices and Local Leadership Programme
BNH - Banco Nacional de Habitação
CAIXA - Caixa Econômica Federal
COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar
COTS - Caderno de Orientação Técnico Social
DC - Desenvolvimento de Comunidade
DS - Desenvolvimento Sustentável
EUA - Estados Unidos da América
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINSOCIAL - Fundo de Apoio do Desenvolvimento Social
FIP - Fundo de Investimento em Participações
FMI - Fundo Monetário Internacional
FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social
GERSE - Gerência Nacional de Responsabilidade Social
GIDUR/FL - Gerência de Desenvolvimento Urbano de Florianópolis
GIFES - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ISO - International Organization for Standardization
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MN - Manual Normativo

OGU - Orçamento Geral da União

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG's - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIPS - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIS - Programa de Integração Social

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PO - Política Interna

PROGED - Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdício

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SISMN - Sistema de Manual Normativo

SPM - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

SUCOT - Superintendência Nacional de Contratação

SURSE - Superintendência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial e
Relacionamento com o Empregado

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

VIPES - Vice Presidência de Gestão de Pessoas

“Tente mover o mundo.
O primeiro passo será mover a si mesmo”

Platão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO REFLEXO DESTAS RELAÇÕES	13
1.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA ATUAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL	13
1.2. CAPITALISMO E SUAS INFLEXÕES	17
1.3. CAPITALISMO E A CONJUNTURA BRASILEIRA: ADVENTO DO NEOLIBERALISMO	19
1.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ASPECTOS QUE A FUNDAMENTAM	23
1.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ATUAÇÕES NO CENÁRIO NACIONAL	30
1.6. ATUAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: QUE ELEMENTOS A COMPÕEM?	32
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	36
2.1. HISTÓRICO DA CAIXA	37
2.1.1. Breve caracterização do Serviço Social na CAIXA	39
2.2. AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PRATICADAS NA CAIXA.....	42
2.2.1. Manual Normativo	45
2.2.2. Programa CAIXA ODM	49
2.2.3. Programa CAIXA de Diversidade	51
2.2.4. Programa Coleta Seletiva	52
2.2.5. Programa CAIXA Melhores Práticas	53
3. SERVIÇO SOCIAL E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	57
3.1. SERVIÇO SOCIAL: BREVE RESGATE HISTÓRICO DA PROFISSÃO NO BRASIL	57
3.1.1. Conjuntura profissional brasileira dos anos 60 aos anos 80 – Da ditadura ao processo de redemocratização	60
3.1.2. Serviço Social nos anos 90 e a atuação profissional frente aos novos desafios	65
3.2. SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	80

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos as velozes transformações ocorridas no cenário global a partir do fortalecimento e hegemonia do modo de acumulação capitalista, devemos atentar para uma gama de fatores que influenciam direta e indiretamente a conjuntura na qual estamos inseridos. Nos países emergentes, os impactos destas transformações são mais delineados, pois esta gama de transformações sejam elas de ordem social, financeira e até mesmo política, sugerem o desmonte estatal através de políticas públicas que “transferem” a responsabilidade do trato das expressões da questão social para o chamado Terceiro Setor, cuja atuação ainda é merecedora de reflexões mais críticas. Além disso, o expressivo crescimento das desigualdades sociais e econômicas tem sido alvo de preocupação de países e empresas que se aliam, pactuando pela defesa e por que não, garantia de uma sociedade mais sociável, justa e menos desigual.

No Brasil, este Terceiro Setor desponta quando a sociedade é estimulada e convidada a participar mais ativamente no trato das expressões da questão social, somando-se a isto iniciativas individuais, coletivas e organizadas, bem como a emergência de um novo ator, até então inesperado neste cenário: as empresas da iniciativa privada. O discurso da participação ganha fôlego nesta perspectiva e as ações passam a ser divididas entre Estado e Sociedade Civil, engendrando um novo tipo de relação, talvez mais próximo de uma prática democrática.

O chamado Segundo Setor (representando aqui os interesses de mercado e sua manutenção) passa então a vestir a carapuça do Terceiro Setor e remodela suas atitudes: o fim é agregar lucratividade aos negócios utilizando como meio a resolução de problemas sociais, agregando ao cotidiano das empresas valores como responsabilidade, preservação ambiental, atitudes educacionais, entre outras. Este novo fenômeno passa a se configurar na recente Responsabilidade Social e esta, uma prática cada vez mais presente no cotidiano das empresas em geral.

Não obstante a esta lógica, empresas como a Caixa Econômica Federal são signatárias de pactos que objetivam a minimização de problemas sociais historicamente construídos da relação entre capital x trabalho. Embora seja um banco que realize operações financeiras, tem na atual gestão a intencionalidade de destacar o trabalho social, no sentido de potencializar tal atuação e fazer com que o aspecto social torne-se um diferencial competitivo de mercado.

Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC pauta-se na apresentação da modalidade Responsabilidade Social e seus principais aspectos norteadores, bem como esta prática se configura a partir do contexto das novas relações engendradas entre Estado e

Sociedade Civil. Esta modalidade vem sendo amplamente divulgada nos últimos anos pelos meios midiáticos e pelas próprias empresas, contudo, ainda é merecedora de análises mais aprofundadas acerca de suas intencionalidades e potencialidades. Este merecimento foi um dos fatores que motivaram a opção pela temática deste trabalho.

Portanto, pretendo explicar na primeira seção sobre as inflexões que os papéis do Estado e Sociedade Civil foram sofrendo ao longo da história para adentrar nos principais aspectos da Responsabilidade Social enquanto prática oriunda destas novas relações. Na seção seguinte, resgato brevemente a historicidade da empresa, bem como pontuo a inserção do profissional Assistente Social na Instituição, cuja análise foi possível através do Campo de Estágio Supervisionado. Na sequência, contemplo as ações que a CAIXA desempenha e que são denominadas no âmbito da Instituição ações de Responsabilidade Social Empresarial, ressaltando suas principais características, sem a intencionalidade de me deter a uma análise mais aprofundada destas ações. Na direção da Responsabilidade Social um dos aspectos pontuados nesta seção é a condição da CAIXA de signatária do Pacto Global e o Projeto CAIXA ODM, onde as práticas estão em consonância com os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

Por fim, pretendo na terceira seção resgatar alguns aspectos da historicidade da profissão até os dias atuais, por entender que esta oferece elementos importantes para a atual dinâmica da profissão e confere possibilidades de entendimento da conjuntura atual, que é onde se delineiam as possibilidades de atuação e desafios a serem vencidos por esta categoria profissional. A análise que se constitui em objeto deste trabalho tentará responder se a atuação do profissional Assistente Social é necessária ou não no campo da Responsabilidade Social, levando em conta o âmbito da CAIXA, já que na Instituição a atuação desta categoria profissional é limitada a um setor específico: o de urbanização.

1. RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO REFLEXO DESTAS RELAÇÕES

1.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA ATUAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

A partir da reestruturação produtiva acentuada com o fortalecimento do neoliberalismo no Brasil, observa-se um novo comportamento do mercado: as empresas passam a aderir um discurso com vistas à chamada Responsabilidade Social, passando do discurso à prática de ações que propiciem a construção de espaços organizados para a prestação de serviços sociais dentro destas empresas. Nesta perspectiva, o neoliberalismo fundamenta o desmonte estatal com a redefinição do papel do Estado, dentro de um cenário de globalização que acena para a mudança nas relações, sobretudo as de trabalho, provocando também a necessidade de atenção para uma nova concepção de controle social. Este controle social é inerente na relação entre Estado e Sociedade Civil e este conceito pode ser empregado para designar o controle de um sobre o outro. Mas é importante observar que esta relação não é apenas polarizada entre estes dois atores, pois a aceção de controle varia dependendo da função que se tem com relação ao papel do Estado e de como a Sociedade Civil administra este controle.

Vale destacar que estas relações sociais são resultantes históricos da reorganização das bases materiais e espirituais da humanidade e perpassam épocas distintas, que vão desde o renascimento científico, a consolidação do mercantilismo enquanto modelo econômico predominante e altera-se à medida que a modernidade se concretiza. Esta modernidade pode ser considerada revolucionária quando oriunda destas transformações sociais e quando se consolida no enraizamento do capitalismo como modo de produção. Neste cenário de transformações, podemos resgatar algumas diferentes concepções acerca da historicidade do papel do Estado e da Sociedade Civil, defendidas pelos jusnaturalistas¹. Estes pensadores, segundo Correia (2004), analisavam a origem da sociedade e fundamento do Estado, baseando-se em dois elementos: “o estado de natureza e a sociedade (ou estado) civil fundada pelo Estado, através de um contrato social, por isto eram chamados contratualistas”. (CORREIA, 2004, p. 152). A autora acrescenta que “estes elementos são dicotômicos, pois o homem ou vive no estado de natureza ou vive no estado civil” (CORREIA, 2004, p. 152) e ressalta ainda que o aspecto comum entre os três principais pensadores contratualistas

¹ Segundo Correia (2004), os jusnaturalistas defendiam a idéia da criação de um Estado de direito, ou seja, um Estado cujo poder devesse ser exercido dentro das normas jurídicas preestabelecidas. Fato este que justifica a preocupação destes pensadores com a criação de formulações teóricas que defendessem tal estado.

(Hobbes, Locke e Rousseau) se refere ao conceito defendido de Sociedade Civil. Ela explica que

O ponto comum entre Hobbes, Locke e Rousseau é o conceito de Sociedade Civil como sinônimo de sociedade política contraposta ao estado de natureza, em que o Estado é a instância que preserva a organização da sociedade a partir de um contrato social. Entretanto, existem diferenças entre esses pensadores na concepção desta contraposição, no tipo de contrato regido pelo Estado e, conseqüentemente, nas formas de controle social. (CORREIA, 2004, p. 152-153)

Thomas Hobbes (1588-1679) que diz que o homem abdica de seu estado natural (onde o homem é o lobo do homem) e delega ao Estado (portador da “espada pública”) a função de proteger sua vida e liberdade, pois como ele busca a paz, se faz necessária uma associação política que deve promover a convivência social. Este patamar só é alcançado quando se forma o Estado soberano, com poder ilimitado, que assegurará a paz civil. A Sociedade Civil se torna possível quando o homem então transfere todo seu poder e força ao Leviatã, o deus mortal, sem hesitar. Tudo então passa a ser de competência deste soberano (Estado), pois foi lhe dada autonomia para tal e passa-se a considerar a submissão total desses súditos ao Estado, que entregaram sua liberdade em troca da segurança da vida, da posse e da propriedade. Aqui

O poder e o direito do soberano, individual ou coletivo, é ilimitado, absoluto, indivisível e irrevogável. O homem, artífice deste poder, é dele um súdito e a ele transferiu todo seu poder, toda sua força e qualquer ato seu que deponha contra a soberania deste poder o tornará autor de seu próprio castigo [...] (BUSSINGER, 1997, p. 14).

Para John Locke (1632-1704) o homem busca no estado civil as forças para preservação e consolidação dos direitos naturais, que são inalienáveis do ser humano tais como o direito à vida, à liberdade, aos bens, contando pra esta manutenção com o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário. Diferentemente de Hobbes, Locke concebeu a soberania do Estado como limitada, divisível e revogável, pois o homem confia o poder ao Estado, mas o poder dos indivíduos não deixa de existir, considerando o direito de resistência dos indivíduos proprietários (que eram os possuidores de direitos políticos) quando o Estado falhar em sua função. Aqui também fica evidenciada a idéia de que o limite da propriedade era fixado pela capacidade de trabalho de cada indivíduo, sendo assim, percebe-se não somente o início da propriedade privada, mas também o início das

desigualdades de posses. “A riqueza de alguns, a acumulação, a desigualdade social procedem, pois, da introdução do dinheiro no contexto das relações sociais” (BUSSINGER, 1997, p. 17). Passa então a ser necessária a transição do estado de natureza para o de estado civil, através de um contrato (pacto social) acordado entre os indivíduos, que os impulsiona a este estado civil. O sistema de governo político concebido por Locke divide este poder entre as seguintes instâncias: Legislativo, Executivo e, atrelado a este, o poder Federativo e qualquer que seja a forma de governo que os regerá, o papel estatal atém-se a conservação da propriedade e não outra função, ou como resume Bobbio (1998:224) “toda concepção lockiana do Estado poderia ser resumida em uma fórmula: o poder político a serviço do poder econômico” (*apud* CORREIA, 2004 p. 156). Neste estado inicia-se a exploração do homem sobre o homem e a propriedade vira produto de troca, venda e permuta.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1774) era defensor da liberdade, a qual considerava uma característica do estado natural. À medida que surge a propriedade privada, esta liberdade desaparece, dando lugar às disputas por poder e dinheiro e a guerra de todos contra todos passa a se situar na Sociedade Civil, onde a propriedade privada se consolida, implantando a desigualdade. Para este pensador, o Estado teria a função de moralizar e retificar as distorções provocadas pela Sociedade Civil, mas com a vigência de um contrato social cuja função seria a de preservar a igualdade antes verificada no estado de natureza. Este contrato social seria contemplado através de uma autoridade legislativa, representante da vontade geral. Correia (2006, p. 158) explana que “O Estado é o corpo político síntese das vontades individuais, expressão da vontade geral. A finalidade do Estado é o bem comum, seu alicerce é a vontade geral e o exercício dessa é a soberania, que é a base da democracia de Rousseau” Mas apesar de jusnaturalista, Rousseau não foi defensor do liberalismo político como Locke (liberalismo na concepção lockiana restrito aos proprietários). A legislação era necessária e deveria atender aos objetivos de manutenção da liberdade e da igualdade entre os homens, ou seja, o Estado deveria intervir na proposição desta igualdade. O controle social por sua vez, se caracterizava no controle do povo sobre o Estado para a garantia da soberania popular.

Mas ao nos basearmos no liberalismo para entender o papel do Estado atualmente, verificamos que esta concepção se destaca “enquanto conjunto de formulações teóricas de natureza ética, política e econômica que incidirão decisivamente nos processos de transformação da sociedade para a constituição da cidadania liberal” (COSTA, 2003, p. 152). Tal liberalismo representa a idéia de que

A defesa de direitos naturais do homem – válidos para todos os homens e que não devem se dobrar a qualquer critério seletivo, corporativo ou referente a tradição – foi a arma utilizada pela ascendente burguesia européia contra o Estado absolutista e suas arbitrariedades. Foi também esta defesa que deu a tônica a luta pela contenção do poder, colocando ao estado um limite e uma exigência: o Estado é estabelecido em função dos indivíduos e sua razão de ser é garantir-lhes o mais amplo exercício de seus direitos. A doutrina dos direitos naturais e os ideais emancipatórios da burguesia européia liberal, portanto, forneceram o argumento para a promulgação das primeiras declarações dos direitos do homem que são exemplos contundentes a Declaração de Direitos do Estado de Virgínia, por ocasião do processo de independência das colônias norte-americanas e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa, processos que foram abordados anteriormente, com intuito de destacar o significado histórico e político de que se revestem e a partir dos quais se afirmou o princípio fundamental do estado moderno. (BUSSINGER, 1997, p.28)

Costa (2003) ao explicar a influência desse pensamento liberal pontua que

Sob o influxo das idéias liberais, o pensamento burguês busca a separação entre Estado e Sociedade, enquanto conjunto das atividades particulares dos indivíduos, sobretudo as de natureza econômica. Pretende-se separar o público do privado, reduzindo ao mínimo a intervenção do Estado na vida de cada um. Ao mesmo tempo essa separação busca reduzir também a interferência do privado no público, na medida em que procura outra fonte de legitimidade que não seja a tradição e as linhagens de nobreza. O liberalismo tem uma crescente preocupação com a individualidade. O indivíduo é a origem e o destinatário do poder público, nascido de um contrato social voluntário no qual os contratantes cedem poderes, mas não cedem sua individualidade quanto à vida, à liberdade e à propriedade. (COSTA, 2006, p. 153)

Ainda em seu artigo, Costa (2003) traz uma idéia complementar acerca das teorias liberais apresentada por Marilena Chauí (1999) onde a autora afirma que

as teorias liberais separam o Estado e a Sociedade Civil. O primeiro aparece como instância pessoal de dominação (impõe obediência), de estabelecimento e aplicação das leis, como garantidor da ordem através do uso legal da violência para punir todo crime defendido pelas leis, e como árbitro dos confrontos sociais. A Sociedade Civil, por seu turno, aparece como um conjunto de relações sociais diversificadas entre classes e grupos sociais, cujos interesses e direitos podem coincidir ou opor-se. Nela existem as relações econômicas de produção, distribuição, acumulação de riquezas e consumo de produtos que circulam através do mercado” (*apud* COSTA, 2006, p.173-174)

O Estado moderno se consolida advindo da mudança estrutural do modo de produção feudal para o capitalista, quando se verifica a ascensão da classe burguesa e de seus valores,

assim como a consolidação do mercado, baseado na compra e venda de mercadorias e o lucro como seu principal objetivo. Tais mudanças exigiram um novo reordenamento político e social, compatíveis com este novo modo de produção e passa a refletir a questão social e a crise econômica mundial enquanto impulsos históricos decisivos para o desenvolvimento das políticas sociais. Pereira (1998) considera que estas políticas sociais referem-se às modernas funções deste Estado capitalista que está imbricado à sociedade. A função deste Estado seria a de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais considerados direitos de cidadania, portanto, ser responsável pelo bem-estar de seus cidadãos, resultando no distanciamento cada vez maior dos parâmetros do *laissez-faire*². Embora o Estado esteja incumbido desta responsabilidade, na representação de interesses coletivos, o que se observa é que estes interesses ganham um peso surpreendentemente maior quando esta balança é controlada pelo mercado, que passa a ditar regras de consumo, comportamento, necessidades e até de pertencimento, onde se sente cidadão aquele que efetivamente tem acesso a bens de consumo. A Sociedade Civil também é atravessada por esta mudança de paradigma, e como bem observa Correia (2004) que

A concepção liberal de Sociedade Civil é a que tem prevalecido no debate contemporâneo. O que caracteriza essa concepção é uma dicotomia entre estado e Sociedade Civil. O conceito dessa última é tratado por um viés predominantemente político, sem articulação alguma com a base econômica, constituindo-se em um espaço homogêneo sem contradição de classe. Os interesses que nela circulam, apresentam-se como universais, abstraindo-lhes o caráter de classe. (CORREIA, 2004, p. 166)

1.2. CAPITALISMO E SUAS INFLEXÕES

A reestruturação do capitalismo exige flexibilidades que resultam em mudanças impactantes no mundo do trabalho, quando consideramos as relações de trabalho como mola propulsora das demais relações sociais. As crises fazem parte deste contexto, principalmente no tange as formas de produção dentro do modo de produção capitalista.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a grande indústria torna-se o núcleo do modo de produção capitalista, onde se destacam enquanto modelos de produção o taylorismo, o fordismo e o toyotismo, que se configura como processo de reestruturação

² *Laissez-faire*: “Deixar Fazer, Deixar Passar”. Palavra de ordem do liberalismo econômico, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. [...] Com o desenvolvimento da produção capitalista, o *laissez-faire* evoluiu para o liberalismo econômico, que condenava toda a intervenção do Estado na economia. (SANDRONI, 1999, p. 329)

produtiva que se desenvolveu a partir da década de 70. Estes modelos delinearam novas relações sociais e de trabalho, a medida da sua estruturação, onde algumas de suas características mais marcantes são percebidas até os dias atuais.

Segundo Bihl (1998), o taylorismo, um termo derivado a partir do nome de seu criador, o engenheiro americano Taylor, baseia-se na “estrita separação entre as tarefas de concepção e execução, acompanhada de uma precarização das ultimas, devendo cada operário, em ultima análise, executar apenas alguns aspectos elementares.” (apud NOGUEIRA, 2004, p. 27).

Já o fordismo, termo também derivado do nome de seu criador Henry Ford, inicialmente se constituiu como uma forma de produção e gerenciamento, com objetivo de desenvolver o aumento da produção e assim, alcançar um elevado número de consumidores. Um diferencial neste modelo era a organização do trabalho em uma cadeia de produção hierarquizada, o que demandava um controle absoluto para maior perfeição na fabricação de mercadorias.

Segundo Nogueira (2004), ambos os modelos, adotavam uma tecnologia de submissão, disciplinarização do corpo e das grandes exigências físicas, que resultaram em um bloqueio maior das atividades mentais destes trabalhadores ao separar o trabalho manual do trabalho intelectual. Nesta linha de raciocínio, ela complementa que o capitalismo além de explorar a força de trabalho, explora a subjetividade do trabalhador, fazendo com que estes tenham desejos e necessidades alinhadas ao consumismo.

Com a crise do sistema, houve uma necessidade de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. Nesta perspectiva, o neoliberalismo se propaga e consolida, principalmente nas décadas de 80 e 90, quando sua essência sugere uma crítica ao Estado de Bem-Estar e em particular aos direitos sociais. Assim, o neoliberalismo não se configura somente como uma organização da economia política, mas chega a ser um determinante cultural, pois ele minimiza a subjetividade dos sujeitos. É neste momento que se observa mais claramente o desmonte dos direitos trabalhistas, que desde o advento do neoliberalismo, vem sofrendo uma flexibilização do trabalho e conseqüentemente dos direitos trabalhistas.

Portanto, com esta necessidade de flexibilização para atender as mudanças de mercado, o toyotismo (modelo japonês de produção) passa a imperar na perspectiva da mudança das relações de trabalho, potencializando os lucros do capital e contribuindo de maneira significativa para a fragmentação da classe trabalhadora. Cabe atenção para a conjuntura que se desenha a partir da adoção deste novo modelo, pois as conseqüências são

bastante relevantes nos países periféricos, sobretudo no Brasil, aliados a outros determinantes históricos que destacaremos a seguir.

1.3. CAPITALISMO E A CONJUNTURA BRASILEIRA: ADVENTO DO NEOLIBERALISMO

A conjuntura política brasileira nos remete a este cenário de crises e necessidade de mudanças nos planos das relações sociais. Tais transformações atravessam o período de ditadura nacional, que foi marcante na expressão das desigualdades sociais, promovidas pelo expansionismo do chamado “milagre econômico” e que mais a frente se desmancha frente aos altos índices inflacionários e da dívida externa. Este processo ocorre ao mesmo tempo em que o capitalismo atravessa uma crise estrutural, aprofundada, sobretudo com a questão da crise energética e do petróleo nos EUA, promovendo assim uma crise econômica de reflexos sociais marcantes. Resta então aos países periférico, ajustes macroeconômicos e reformas institucionais, que em princípio sugerem e mais a frente enfatizam mecanismos de privatização e flexibilizações dos processos produtivos e concomitantemente, das relações de trabalho ajustando-se aos moldes neoliberais. Ao mesmo tempo em que Estado e mercado parecem se imbricar rumo à defesa de interesses comuns, um ator de grande relevância no cenário das lutas de classes retoma a cena no papel de aliado. Na conjuntura brasileira que ora se apresenta, este ator articula-se ao Estado, que passa a se denominar como mínimo e insuficiente para atuar em benefício do social, quando em um passado não muito distante este mesmo ator se colocava como adversário de um Estado repressivo. Este ator é a Sociedade Civil organizada, que antes combateu as repressões da ditadura militar brasileira organizando-se em movimentos sociais e contando com a ajuda dos defensores da Teologia da Libertação³.

No cenário brasileiro, ganham destaque as lutas de classes num momento que coincide com a abertura política e distensão da ditadura militar, que pode ser entendida como estratégia adotada para contornar esta crise econômica posta, dada a exigência de uma nova institucionalidade e que, decorrente destas lutas, resultaram em direitos sociais legitimados com a Constituição de 1988, tida como a primeira Constituição democrática, ao tempo que dá

³ Ao iniciar a discussão sobre os Fóruns de Teologia da Libertação, Leonardo Boff faz uma breve introdução acerca da Teologia da Libertação. Ele introduz comentando que desde os seus primórdios no final dos anos 60 do século passado, este tipo de teologia nasceu no esforço de articular o discurso da fé com o discurso da sociedade na perspectiva dos oprimidos. Sua marca registrada foi e continua sendo “opção pelos pobres contra a pobreza”. A perspectiva era e é global, de sorte que já nos anos 70 se organizaram os primeiros Fóruns Mundiais da Teologia da Libertação, em Chicago, no México e no Brasil e continuaram até que a cegueira de setores poderosos do Vaticano os tivessem proibido. Como são por natureza ecumênicos, tais fóruns continuaram a acontecer regionalmente.

a largada para a participação democrática. O poder estatal busca uma legitimidade que assegure a garantia do desenvolvimento do padrão capitalista de acumulação, alterando significativamente as relações entre Estado e Sociedade. Tal processo se torna explícito e cada vez mais contundente e na contramão destes avanços, o abismo entre as classes sociais (ricos x pobres, classe dominadora x oprimida) parece avançar, mesmo com a intenção estatal de minimização destes impactos, via políticas sociais, ainda que de cunho assistencialista e meritocrático, onde a perspectiva econômica ainda tem mais peso que a perspectiva social dos direitos. A essência de Políticas Sociais a partir da contribuição de Abranches (1987) dá conta que

A política social é parte, precisamente, do processo estatal de alocação e distribuição de valores. Está, portanto, no centro do confronto entre interesses de grupos e classes, cujo objeto é a reapropriação de recursos, extraídos dos diversos segmentos sociais, em proporção distinta, através da tributação. Ponto crítico para o qual convergem as forças vitais da sociedade, de mercado, desenhando o complexo dilema político-econômico entre os objetivos de acumulação e expansão, de um lado, e as necessidades básicas de existência dos cidadãos, bem como de busca de equidade, de outro. (ABRANCHES, 1987, p. 10)

Abranches (1987) nesta contribuição nos chama a atenção de que no Estado existe sempre um desequilíbrio que favorece a acumulação e a intervenção de políticas sociais, quando estas políticas objetivam a busca de uma equidade que se baseia em garantias e promoção de direitos sociais de cidadania, ou seja,

A política social intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade. A ação social do Estado diz respeito tanto à promoção da justiça social, quanto ao combate da miséria, embora sejam objetivos distintos. No primeiro caso, a busca da equidade se faz, comumente, sob a forma da garantia e promoção dos direitos sociais da cidadania. No segundo, a intervenção do estado se localiza, sobretudo, no campo definido por escolhas políticas quanto ao modo e ao grau de correção de desequilíbrios sociais, através de mudanças setoriais e reformas estruturais baseadas em critérios de necessidade. (ABRANCHES, 1987, p. 11)

O discurso que passa a vigorar é o de que o Estado se torna insuficiente para dar conta das expressões da questão social que se agravam com o fortalecimento do neoliberalismo que ele mesmo apóia. Mas vale lembrar que este processo se legitima em quase todos os países do mundo a partir da década de 80. No Brasil torna-se legítimo quando o país torna-se signatário

de acordos firmados com Organismos econômicos internacionais – tais como FMI e Banco Mundial – a partir de orientações sugeridas no Consenso de Washington⁴, logo, as garantias constitucionais no que tange à Seguridade Social foram os principais alvos do desmonte Estatal nos governos que sucederam à legitimação da Constituinte. Couto (2004) reforça tal consideração ao trazer que o Consenso de Washington, inspirado pelo receituário Técnico Liberal traz as seguintes propostas: “indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada.” (COUTO, 2004, p. 145). Nesta etapa o que acontece é que o Estado brasileiro passa a não investir na potencialização dos direitos sociais conquistados e legitimados na Constituinte de 88. Investe sim, numa desmobilização das lutas sociais, sobretudo quando a legislação passa a incrementar uma relação entre trabalhadores x detentores do capital que acena para a busca de soluções negociadas entre essas classes, ao tempo em que tais direitos sociais reforçam características meritocráticas, emergenciais, residuais, particularistas, totalmente na contramão da universalidade, tendências estas observadas num passado ainda recente na história do Brasil.

Tomando a Constituinte como um divisor de águas no que tange ao processo democrático brasileiro, podemos destacar a atuação dos governos que se seguiram, apesar de consolidados de maneiras diferentes, acabaram por fim concretizando esta ideologia de desmonte e seguiram corretamente aos ditames do Consenso de Washington. Fernando Collor de Melo (1990 – 1992) foi o primeiro presidente eleito sob esta forma democrática deflagrando um discurso que dava conta da inovação no cenário político brasileiro, seja na proposta de uma pseudo-moralização da política com a sua sugestão de “caça aos marajás”, seja na aliança com o povo brasileiro, com *slogans* como “amigo dos pobres” e “descamisados”. Para tanto, contou com o irrestrito apoio dos partidos de direita e de centro (que no processo de discussão da Constituinte se posicionavam de maneira contrária aos avanços democráticos), bem como o apoio da grande mídia⁵ nacional. A sua derrocada

⁴ Uma definição contundente do que foi o Consenso de Washington é apontada por Artur Roman (2004) quando ele apresenta que em 1989 o International Institute for Economy, de Washington, promoveu uma reunião da qual participaram governo americano, FED, Banco Mundial, FMI, BID, BIRD. O objetivo era discutir as reformas para a América Latina, assolada pela inflação, recessão e dívida externa. Como os organismos presentes eram uníssonos com relação aos caminhos que deveriam ser seguidos, chamou-se de ‘Consenso de Washington’ o programa de reformas proposto, que incluía desregulação dos mercados, abertura comercial, flexibilização das leis trabalhistas, rigoroso ajuste fiscal, privatizações e redução da atuação do Estado e de sua participação na economia.

⁵ O processo de inserção e derrocada de Fernando Collor no cenário político nacional considerando o apoio dos grandes veículos midiáticos, é contemplado na obra Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor, de autoria de Mário Sérgio Conti.

marcou de maneira singular a história da democracia brasileira, pois uma forte movimentação popular fez pressão para que as vastas denúncias de corrupção que envolviam o alto escalão do governo fossem apuradas e, as mesmas forças que o elegeram, acabaram traindo sua confiança, ocasionando um processo de *impeachment* que consolidou, naquele momento, sua saída do poder. Couto (2004) resume de maneira contundente em quatro itens o que foi este período político:

a) alavancagem do processo de privatização das empresas nacionais; b) abertura econômica para capitais estrangeiros; c) retomada do processo inflacionário; d) minimização dos gastos públicos governamentais na área social, entre outras características, o que aponta seu perfeito alinhamento com as indicações feitas pelos organismos internacionais. (COUTO, 2004, p. 147).

Mas tais características não se constituem em privilégio apenas deste período político. Como Collor deixou o poder em 1992, quem assume é seu vice Itamar Franco (1992-1994), que teve entre suas ações mais marcantes a alteração no plano econômico brasileiro, quando o Plano Real, então elaborado pelo seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, é implementado em 01/08/1994, visando atingir um conjunto de metas cujas estratégias pautaram-se na contenção do déficit público e da inflação. Couto (2004) reforça que o que se consolida de fato com o controle da economia, é o enfraquecimento do avanço de direitos públicos e universais, pois a justificativa pregada desde Collor é que tais direitos, garantidos no texto da Constituinte, tornavam o país ingovernável. Tal plano econômico foi instrumento da potencialização da campanha política de Fernando Henrique Cardoso, que assume o governo brasileiro por nada menos que dois mandatos (1994-1998 / 1998-2002), tempo suficiente para aperfeiçoar suas estratégias de desmonte estatal (defendidos por ele sob a faceta de necessidade de Reforma do Estado), com destaque para as Medidas Provisórias⁶. Estas medidas, ao contrario da intencionalidade que as fizeram surgir, foram utilizadas amplamente pelos governos após a Constituição de 1988, como poderoso instrumento para o afastamento da Sociedade Civil sobre as decisões governamentais. A intensa defesa da política econômica adotada consolidou conseqüências antes observadas, como a concentração de renda, a tentativa de desmonte de direitos trabalhistas (resultantes de lutas engendradas por

⁶ Conforme consta no Almanaque Abril 2006, Medida Provisória é o ato do Executivo que tem força de lei e entra em vigor no momento em que é publicada no Diário Oficial da União. A Medida Provisória visa a dar agilidade a decisões urgentes e muito importantes do Executivo que não podem esperar o tempo normal de tramitação de uma lei no Congresso Nacional.

décadas), intensificação do processo de privatização, o surgimento do Terceiro Setor e várias reformas na Constituição, sobretudo no que tange a direitos sociais (também resultantes de lutas e articulações sociais). Couto (2004) nos chama a atenção para o seguinte detalhe

Uma das características desse período é a retomada da matriz da solidariedade, como sinônimo de voluntarismo e de passagem da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, buscando afastar o Estado de sua responsabilidade central, conforme a Constituição de 1988, na garantia desses direitos. (COUTO, 2004, p. 150)

A partir desta consideração, observa-se que este discurso ganha fôlego ao sugerir que a Sociedade Civil passe a adotar um sentimento de altruísmo e solidariedade, aliados a filosofia da democracia e participação que emergiram no bojo da sociedade brasileira. Logo, a Sociedade Civil é convocada a atuar nesta luta, tornando-a um parceiro privilegiado, de mãos dadas com o Estado (e pode-se considerar nesta fase Estado e mercado como membros de um mesmo corpo) rumo a um objetivo em primeira vista comum: o de minimizar a gravidade das conseqüências do neoliberalismo que no Brasil retoma fôlego a partir dos anos 90. Neste sentido atuações do Terce3iro Setor e da Responsabilidade Social surgem nesta perspectiva e o surgimento destas é conseqüência desta conjuntura de desmonte estatal e alteração das relações sociais a partir do contexto do trabalho.

1.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ASPECTOS QUE A FUNDAMENTAM

Se partirmos da análise conceitual da palavra responsabilidade, deparamo-nos com uma concepção contundente trazida pelo Dicionário Aurélio que define responsabilidade moral como “1. Situação de um agente consciente com relação a atos que ele pratica voluntariamente. 2. Obrigação de reparar o mal que se causou a outros”. (FERREIRA, 1999) Embora a essência da Responsabilidade Social Empresarial - RSE fundamente-se nesta perspectiva de “reparar o mal”, em consonância com o conceito de responsabilidade trazido pelo dicionário, não se trata de um mal com uma faceta monstruosa. Tratam-se dos reflexos imperativos à hegemonia do capitalismo enquanto modo de produção, que se baseia na exclusão da maioria em benefício de uma minoria.

Assim, quando se fala em Responsabilidade Social Empresarial, várias concepções são apresentadas, pois o termo nos direciona a uma amplitude difícil de mensurar em um ou outro

conceito apenas. Neste sentido, cabe destacar o conceito de RSE trazido pelo Instituto Ethos⁷, o qual aponta que

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade. Isso deve ser feito preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

E justifica esta modalidade pelas

enormes carências e desigualdades existentes no país, aliadas às deficiências crônicas do Estado no atendimento das demandas sociais, conferem maior relevância à responsabilidade social empresarial.

Segundo o Instituto Ethos, o termo Responsabilidade Social Empresarial foi abordado pela primeira vez em no ano de 1987, citado no relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, e definido neste como o “modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”⁸.

Embora presentes no seu conceito alguns elementos discutidos no âmbito do Serviço Social enquanto expressões da questão social, o que se verifica de fato é que a historicidade da RSE está consolidada essencialmente na doutrina da Administração e em publicações direcionadas à área empresarial e do Terceiro Setor (esta enquanto área emergente de atuação na área administrativa). Sendo assim, os aspectos identificados nesta concepção remetem à não crítica, ou seja, para chegarmos a ponto crítico de análise, se faz pertinente partir do levantamento de uma conjuntura mais atual, especificamente de uns dez anos atrás, que foi quando esta concepção passou a ter destaque no cenário empresarial e na sociedade de modo geral.

Na tentativa de resgatar a historicidade desta modalidade, Pfeifer (2006) destaca que na Encíclica *Rerum Novarum*, datada de 1891 as premissas do Papa Leão XIII trazem indicações deste fenômeno. Ela exemplifica citando “as práticas de auxílio às ‘classes inferiores’, ratificadas numa compreensão que exalta a condição natural e a predisposição e a harmonia e ao equilíbrio entre as classes antagônicas, isto é, entre capital e trabalho”

⁷ Informação contemplada no site www.ethos.org.br

⁸ Informação visualizada em www.ethos.org.br

(PFEIFER, 2006). A assertiva da autora também dá conta de que esta Encíclica delimitava obrigações da classe trabalhadora e dos patrões uns para com os outros.

Também nesta tentativa, Paim (2006) comenta que nos Estados Unidos nos anos 50 e 60 observa-se uma aceitação dos princípios paternalistas de caridade e zelo, sugeridos anteriormente pela obra de Andrew Carnegie de 1899 de título “O evangelho da riqueza”, que estabelecia a abordagem clássica da Responsabilidade Social das grandes empresas, pregoando que estas práticas paternalistas se baseavam na ajuda dos mais ricos pra com os mais pobres e que as empresas e os ricos deviam ser considerados guardiões e zeladores “mantendo suas propriedades em custódia para benefício da sociedade como um todo” (PAIM, 2006. p. 09). E complementa com a informação de que em 1953, H. R. Bowen propôs um modelo de Responsabilidade Social inédito, no qual os administradores de empresas tinham o dever moral de “implementar as políticas, tomar as decisões ou seguir as linhas de ação que seriam desejáveis em torno dos objetivos e dos valores de nossa sociedade” (Paim, 2006, p. 10). Segundo a autora, este conceito visualiza a empresa como reflexo dos objetivos e valores sociais.

Decorrente da expansão da economia em escala global, os processos de formalização e fomento de novas parcerias se tornam favoráveis, pois já não passam mais despercebidas as conseqüências desta expansão, acarretando em problemas sociais graves das mais diversas ordens. As considerações de Stein (2006) sobre esta realidade dão um panorama deste processo, quando ela pondera que pobreza e desigualdades sociais são processos históricos e repetitivos, complementando que a partir da verificação de dados comprobatórios, a situação posta é passível de mudança, processo este que depende da interação dos atores sociais envolvidos neste processo. Segundo a autora, a extrema desigualdade na distribuição de renda que vem se acentuando na América Latina desde os anos 1970, é incrementada ainda mais na década de 1980, e converte a pobreza no tema central da agenda social, provocado não só pela visibilidade de seu crescimento, como pelas pressões sociais pela democratização.

No Brasil, além do processo de democratização, observa-se que a alavancada neoliberal passa a interferir substancialmente na formulação, gestão e implemento de políticas públicas. Tais políticas passam a ser configuradas com o desafio de criar um sistema de proteção social que preserve a população das tendências de exclusão e fragmentação sociais, garantindo assim um nível de desenvolvimento humano que seja capaz de prover ao atendimento dos padrões mínimos de qualidade de vida. Tal processo, mesmo que com raízes meritocráticas e residuais de um passado não muito distante da história brasileira, reflete na participação da sociedade na dinâmica da economia internacional e globalizada, bem como

tem o propósito de garantir a preservação da vida democrática. Torna-se fato que a Sociedade Civil passa a participar de forma contundente desta conjuntura, seja na centralidade das lutas de classe que levaram a implementação destas novas políticas, seja pelo papel que passam a assumir agora nestes projetos prático-políticos. Quanto ao seu papel e objetivos, diferentes concepções são discutidas, mas Duriguetto (2004) aponta que a Sociedade Civil hoje

é pensada como esfera em que se desenvolvem estratégias de convivência com o Estado e o mercado, é usada para legitimar a desresponsabilização estatal no campo das políticas públicas; também é nela e a partir dela que são construídas prospecções sociointerventivas para a construção de um aparato estatal democrático e de direito e é ainda em seu nome que se atacam todas interferências e regulamentações estatais. As demandas pela ampliação da participação da Sociedade Civil nos mecanismos de gestão de discussão das políticas públicas podem estar orientadas por pontos de vista distintos, podendo envolver tanto aqueles que defendem a privatização dos serviços públicos quanto os que lutam pela expansão e pela maior responsabilização do Estado na sua implementação. (DURIGUETTO, 2004, p. 83)

Faz-se necessário destacar que, embora com interesses aparentemente comuns no que tange a minimização das expressões da questão social, Estado e Sociedade Civil apresentam sim interesses antagônicos, expressos historicamente no processo das lutas de classes, mas os conflitos e as diferenças devem ser vistos como algo natural e necessário num contexto de participação democrática. A partir destas novas relações sociais configuradas, algumas alternativas surgem à margem da esfera governamental, como o *boom* das chamadas Organizações Não-Governamentais, conhecidas e divulgadas como ONG's, que estão inseridas no emergente Terceiro Setor. Cabral (2007) aponta que

A designação Terceiro Setor aplica-se ao conjunto de iniciativas e organizações privadas, baseadas no trabalho associativo e voluntário, cuja orientação é determinada por valores expressos em uma missão e com atuação voltada ao atendimento de necessidades humanas, filantropia, direitos e garantias sociais. Essas iniciativas e organizações relacionam-se com o Estado por meio de regulamentação particular, explícita, formal ou informalmente aceita e respondem por iniciativas privadas, em áreas nas quais o Estado atua, por políticas públicas. Grupos sociais apresentam essas ações para a abordagem de questões relativas à solidariedade e cooperação, ao papel da comunidade e da família e à responsabilização social por problemas econômicos, culturais, educacionais, de meio ambiente, de saúde e de assistência. Suas missões abordam e interpretam, privadamente, demandas sociais em um espaço de atuação que, tornando-se público, diferencia-se do espaço do Estado. (CABRAL, 2007, p. 02)

Contudo, a ambivalência na interpretação sobre Terceiro Setor denota a dificuldade em decifrá-lo. Conforme destaca Luiz Eduardo Vanderlei em prefácio de obra da autora Eloísa Helena Cabral (2007) sobre Terceiro Setor, alguns autores seguem prismas diferenciados, como os

de considerar o estudo das sociedades nacionais com base no tripé Estado, mercado e Sociedade Civil e de visualizá-lo, de forma distorcida, como constituindo a Sociedade Civil, quase um sinônimo dela; por outro, na perspectiva de entendê-lo como um dos componentes da Sociedade Civil, crescente e importante, mas apenas parte das outras entidades e organizações que a constituem. (CABRAL, 2007, p. VII)

A atuação do Terceiro Setor também é diferenciada da atuação de organizações empresariais lucrativas e de organizações governamentais, pois representa organizações sociais particulares e esta característica reforça a ambigüidade dos seus aspectos quando estas organizações diferenciam-se entre públicas e privadas, mas o que se percebe é que o aspecto político está presente independente da esfera. Enquanto organizações públicas atuam na prestação de serviços e na abordagem de problemas sociais de natureza eminentemente pública, já enquanto iniciativa privada, estas organizações representam interesses de grupos instituidores, que projetam sua ação no propósito de uma missão. Embora ambas tenham um foco diferenciado, estão sujeitas as contradições da sociedade a qual se inserem e estão influenciadas sob forças distintas e essa ‘valorização’ (decorrente da conjuntura de crise que o capitalismo atravessa) do Terceiro Setor propõe “responsabilidades equivocadas com relação ao Estado, expectativas em relação ao desenvolvimento da sociedade e uma tarefa exemplar com relação ao setor mercantil que merecem análise sem preconceitos” (CABRAL, 2007, p. 4).

Neste contexto de mudanças estruturais em ritmo acelerado e o agravamento de diversos problemas sociais, a Responsabilidade Social passa a ter grande destaque, assim como o discurso da filantropia e voluntariado enquanto ações cidadãs, e que visam a melhora das condições de vida da sociedade em que vivemos. Ou seja, a responsabilidade neste sentido não é mais exclusiva do Estado, mas sim do Estado articulado com a Sociedade Civil e as empresas. Na classe empresarial a chamada “consciência social” começa a despertar quando estas expressões da desigualdade social começam a implicar em decréscimo nos lucros e passam a atrapalhar o desenvolvimento dos seus negócios. Roman (2004) nos atenta para a seguinte reflexão:

A Responsabilidade Social deve ser compreendida como parte da articulação das forças econômicas neoliberais que buscam amenizar os flagelos que elas mesmas criaram. Responsabilidade Social é, portanto, em um primeiro momento, alívio para a consciência pesada das empresas. Em um segundo momento, porém, deve ser incorporada às estratégias das empresas e aos seus valores organizacionais, pois é uma das possibilidades de sobrevivência do capitalismo em sua versão contemporânea. (ROMAN, 2004, p. 37)

Há ainda quem aposte em outros fatores para o desenvolvimento desta questão na conjuntura nacional. Góis, Santos e Costa (2004), por exemplo, apontam o crescimento do ideário dos direitos do consumidor no Brasil ao longo dos anos 90 e explicam que

Tal ideário fez emergir posturas mais críticas e demandas, por parte de indivíduos e grupos organizados, em relação tanto aos produtos disponibilizados no mercado, quanto aos impactos da sua produção nas comunidades que abrigam diferentes empresas, requerendo em suma, condutas socialmente mais responsáveis por parte das corporações. (GÓIS; SANTOS; COSTA, 2004, p. 86)

Já outro argumento defendido pelos mesmos autores indica que a condução das políticas sociais ao longo dos anos 80 e 90 é determinante neste sentido, pois tanto no Brasil como em outros países, observa-se um tipo de concepção regressiva dos direitos sociais.

Tal concepção apontava para a necessidade de redução da cobertura social estatal e sugeria a adoção de critérios mercadológicos na formatação dos sistemas de proteção social. Ao enfatizar a necessidade de maior participação da sociedade no enfrentamento da pobreza, esta discussão deu passagem à expansão da idéia de parceria como estratégia privilegiada para a produção de um novo padrão de relacionamento entre o mercado, o Estado e as organizações da Sociedade Civil. Foi nesse movimento que avançou a incorporação, por parte do mercado da noção de responsabilidade social, materializada na montagem de fundações e associações que deveriam servir como canais para concretizar o investimento do setor empresarial na área social, ambiental e cultural (GÓIS; SANTOS; COSTA, 2004, p. 86-87)

Portanto, verifica-se que esta atuação a partir do final dos anos 90 torna-se praticamente um imperativo de gestão para as empresas que pretendem se manter competitivas em seus respectivos mercados. Numa análise bastante superficial, parece que as empresas passaram a adotar um sentimento de *mea culpa*⁹ pelos estragos históricos causados pela expansão capitalista, mas se inclinarmos nossa análise para uma perspectiva mais crítica,

⁹ De acordo com a enciclopédia virtual Wikipédia, www.wikipedia.com.br, *Mea culpa* é uma frase *Latina* que em português pode ser traduzida como "falha minha", ou "meu próprio erro". De forma a enfatizar a mensagem, o adjetivo "máxima" pode ser inserido, resultando em "*mea maxima culpa*," que poderia ser traduzido como "minha *mais [grave]* falha."

verificamos que a Responsabilidade Social na verdade foge a este sentimento e torna-se um diferencial competitivo entre as empresas, que nesta conjuntura estas ações resumem-se ao escopo do Marketing Social, que não efetiva o acesso a direitos sociais, mas sim, reforçam um ação de clientelismo com seus beneficiários, tal como pregoa o sistema capitalista para se manter. Uma nova era se inicia no cenário empresarial a partir da evolução destas práticas que passam a adotar modelos de empreendedorismo social, procurando diferenciar a filantropia empresarial das práticas meramente assistencialistas. As empresas se apresentam como potenciais promotoras do desenvolvimento social e da cidadania, desejando com isso um retorno positivo nos campos econômico, social, midiático, pregoando conceitos como sustentabilidade e redução dos impactos ambientais.

Embora este discurso esteja muito em voga, é importante fazer uma diferenciação entre responsabilidade social e social responsável, que numa primeira análise, parecem ser sinônimos, mas nesta modalidade de atuação das empresas, estes dois conceitos se diferem na sua natureza e no seu fim. Karkotli (2006) traduz esta diferenciação como

Responsabilidade Social não é sinônimo de social responsável, uma vez que a primeira se define quando uma organização ou pessoa física entendê-la como o verbo “ser”, responsável em qualquer momento, atitude, decisão. ou seja, em primeiro lugar esta pessoa física ou jurídica pensará na sua responsabilidade para com a sociedade num todo. Social responsável é o inverso, pois a pessoa jurídica ou física fará algo para o social e como consequência poderá se considerar responsável, porém este “fazer” poderá ser, para aquele momento, um projeto, uma doação e nunca mais, porém não podemos dizer que para aquele momento a pessoa não foi socialmente responsável.”(KARKOTLI, 2006, p. 10)

Estas concepções de responsabilidade, no sentido mais amplificado de análise, acabam se misturando facilmente, sendo importante uma diferenciação dos termos para que uma análise mais crítica e realista possa ser realizada do que sejam estas práticas no âmbito empresarial. Muito se divulga que as empresas hoje em dia são socialmente responsáveis a partir de práticas de responsabilidade social, pois na atual conjuntura de acirrada competitividade, estas se vêem praticamente obrigadas a adotar posturas que denotem preocupação com o ambiente em que vivem, com a possibilidade de uma sociedade mais justa no ponto de vista social, econômico e até político. Mas segundo Karkotli (2006) o setor empresarial representado pelas suas altas cúpulas voltam seu pensamento para os aspectos macro-econômicos e financeiros dos negócios, deixando o aspecto social a um segundo plano. Segundo ele complementa,

Não basta direcionar os sistemas de gestão e qualidade das empresas para objetivar o aumento de produtividade e maximização de ganhos de mercado. É fundamental que as organizações assumam compromissos e responsabilidades em uma nova dimensão, que vá muito além do enfoque puramente financeiro, agregando novos valores empresariais e empreendedores, que considerem a vida social e a conduta ética da empresa, deixando de ser somente uma opção para fazer parte de sua missão, visão, estratégia e das suas práticas do dia-a-dia. (KARKOTLI, 2006, p. 14)

1.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ATUAÇÕES NO CENÁRIO NACIONAL

Embora se configure em temática recente, verifica-se no Brasil o despontamento de ações no sentido da preocupação com o social por parte das empresas e organizações, que serão mencionados aqui seguindo uma ordem cronológica que nos permite visualizar este processo no cenário nacional. O Instituto Ethos traz como marco desta temática no cenário nacional a tentativa da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social – FIDES em implementar um modelo de balanço social, proposto na década de 80 pela mesma que não obteve êxito. Na década seguinte o tema começa a sensibilizar algumas empresas no início e ganha forte impulso no decorrer dos anos 90, por meio da ação de entidades não-governamentais, institutos de pesquisa e do engajamento da iniciativa privada nas novas políticas sociais do governo.

Também acerca da década de 90, Paim (2006) destaca como um dos marcos que concretizam esta atuação, a aproximação do setor empresarial com as ações sociais através do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE¹⁰ que prestou apoio à Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, lançada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE¹¹ em 1993. A autora complementa que em 1997 o IBASE também foi responsável por uma campanha nacional a favor da divulgação do

¹⁰ Segundo o site www.pnbe.org.br, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais é uma entidade não-governamental brasileira, de âmbito nacional, formada por empresários de todos os ramos da atividade econômica, de todas as regiões do país e de todos os portes de empresa, que lutam pelo aprofundamento da democracia nas diversas instâncias da nação - governos da União, Estados, Municípios, bem como entidades da Sociedade Civil - e pelo amplo exercício dos direitos da cidadania no Brasil.

¹¹ De acordo com o site www.ibase.br, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE foi criado em 1981 e entre os fundadores está o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Balanço Social das empresas e lançando como inventivo a esta prática, um selo a ser destinado às empresas que divulgassem este balanço no modelo proposto pelo Instituto.

A criação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFES¹² em 1995 também é outra atuação nesta perspectiva. Segundo informações contidas no site do GIFES, seu surgimento se deve a uma conscientização de várias organizações empresariais sobre a necessidade de se encontrar formas de parcerias entre o Estado e as organizações da Sociedade Civil na busca de soluções para as desigualdades sociais do país, além de um amplo debate internacional sobre o desgaste do aparelho Estatal em responder as demandas sociais.

Já em 1998, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é criado por um grupo de empresários e executivos com o objetivo da propagação das práticas sociais por meio de ações como publicações, experiências e eventos, na intencionalidade de contribuir para um desenvolvimento sustentável nos aspectos social, econômico e ambiental, como que numa espécie de aproximação da classe empresarial com as causas sociais. Neste sentido, conforme site¹³ da instituição, o Instituto Ethos se define como

uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Seus 1367 associados – empresas de diferentes setores e portes – têm faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do PIB brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas, tendo como característica principal o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente.

Ainda segundo informações do site da Instituição, para o alcance desse objetivo, o Instituto Ethos trabalha em cinco linhas de atuação:

1. Ampliação do movimento de responsabilidade social empresarial.
2. Aprofundamento de práticas em RSE.
3. Influência sobre mercados e seus atores mais importantes, no sentido de criar um ambiente favorável à prática da RSE.

¹² Conforme o site www.gifes.org.br, seu objetivo consiste no fortalecimento político-institucional de fundações de origem empresarial, institutos e outras entidades privadas que realizem investimento social voluntário e sistemático, voltado para o interesse público.

¹³ As informações elencadas sobre o Instituto Ethos encontram-se disponíveis em www.ethos.org.br

4. Articulação do movimento de RSE com políticas públicas.
5. Produção de informação.

Diante da necessidade de ampliação de pesquisa sobre a temática, o Instituto Ethos cria em 2004 o UniEthos¹⁴ - Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável que também se configura em instituição sem fins lucrativos, voltada a pesquisa, produção de conhecimento, instrumentalização e capacitação para o meio empresarial e acadêmico nos temas da Responsabilidade Social Empresarial - RSE e Desenvolvimento Sustentável - DS, voltados a classe empresarial e a sociedade em geral. Embora um tenha sido criado pelo outro, a atuação desses dois institutos diferem-se na sua natureza. Esta diferenciação está contemplada no site do Instituto Ethos onde informa que

Enquanto o Instituto Ethos aprofunda as ações de mobilização e articulação das empresas, o UniEthos promove parcerias e intercâmbios, ampliando os espaços de aprendizado, buscando excelência, apoiando o empreendedorismo e debatendo inovações.

A partir de sua atuação no cenário nacional, Paim (2006) observa que o Instituto Ethos pode ser considerado referência na tratativa e promoção RSE, levando em conta a participação de diversos segmentos representativos da sociedade que debatem e impulsionam o avanço da discussão desta temática. Embora a atuação destas Instituições seja marcante na trajetória da RSE, elas se diferem pelo período não muito distante em que surgiram e trilharam sua caminhada na direção da efetivação das práticas de RSE. Outros elementos que são atinentes a esta modalidade devem ser levados em conta e ressaltados, com o objetivo da pertinente avaliação das práticas de Responsabilidade Social Empresarial e serão tratados no subitem a seguir.

1.6. ATUAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: QUE ELEMENTOS A COMPÕEM?

O discurso da Responsabilidade Social Empresarial vem se destacando no cotidiano das empresas e ganhando a simpatia do público em geral quando esta ou aquela empresa discursa em prol de um mundo mais justo e equilibrado. Como vimos ainda existe certa

¹⁴ Informações sobre o UniEthos também disponíveis em www.ethos.org.br

dificuldade das empresas em aliar discurso e prática, sobretudo pelos diferentes interesses que estão ocultos nesta atuação. Ainda assim, a importância que se dá ao assunto é relevante, pois em tempos de crises cíclicas do sistema, estas práticas tendem a ser a “tábua de salvação”, quando se pregoa mais fortemente o discurso de inoperância da máquina estatal frente às demandas sociais, então, estas práticas são constituídas como propostas alternativas, à margem da esfera governamental. Com isto, salienta-se a necessidade de investigação e aprimoração sobre o tema, principalmente no que tange a uma atuação efetivamente competente na esfera social, pois as práticas adotadas em geral ainda seguem uma vertente assistencialista, preocupando-se mais com resultados em curto prazo que conferem uma imagem de socialmente responsável às empresas.

Com este cenário composto, as empresas se vêem diante da necessidade de mudança para se manterem competitivas, mas é inerente à sociedade globalizada em que vivemos as mudanças políticas, econômicas, ambientais, tecnológicas e que impulsionam mudanças no aspecto social. Tais mudanças engendram novas relações e a necessidade de constante aprimoramento e atenção para os reflexos que elas provocam. As empresas prestam atenção nos indivíduos, não como meros clientes e consumidores, mas como “qualquer grupo ou indivíduo que é afetado ou que afeta o alcance dos objetivos das organizações” (KARKOTLI, 2006, p. 16). A este grupo titula-se a denominação *stakeholders*¹⁵ e são classificados sob os mais diferenciados conceitos, mas o que é comum a vários autores é a importância destes *stakeholders* no cenário empresarial para a efetivação da Responsabilidade Social.

A promoção de um comportamento ético por parte das empresas é outro preceito abordado nas questões de RSE. O curso conhecendo a Responsabilidade Social Empresarial da Universidade Corporativa da CAIXA¹⁶ reforça que a questão da ética deve estar associada ao princípio da transparência, onde as Instituições em geral devem adotar padrões éticos definidos pelas mesmas e que contemplem normas de conduta, valores éticos e administração desses valores e normas. A questão da transparência é tratada como um diferencial por parte das empresas, quando estas disponibilizam e democratizam informações sobre sua atuação, conferindo espaço a sociedade no acompanhamento destas.

¹⁵ Segundo o site do Instituto Ethos, www.ethos.org.br, *stakeholders* são que os vários públicos com os quais a organização se relaciona. Isso inclui desde clientes, empregados, fornecedores até acionistas e a comunidade. Todos influem direta ou indiretamente, no rumo que a organização resolve tomar. Por isto é fundamental que a organização mantenha com todos eles uma relação baseada na ética e na transparência.

¹⁶ Curso disponível em <http://universidade.caixa/escolas-e-programas/cidadania-integracao-corporativa/cursos/rse-avaliacao/>

Já o Balanço Social é considerada uma importante ferramenta de gestão da RSE. O site Balanço Social¹⁷ aponta a historicidade desta ferramenta quando informa que desde o início do século XX são registradas manifestações a favor da utilização da mesma. Porém, nos anos 60 nos EUA e na Europa com o repúdio da população à Guerra do Vietnã fez com que surgisse um boicote as empresas e aos produtos que por ventura estivessem ligados à guerra. O momento suscitou nas empresas a necessidade de adotarem posturas mais éticas, com isso, passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. No Brasil esta discussão surge na década de 70, embora os primeiros Balanços Sociais de Empresas surgiram nos anos 80, com a adoção desta ferramenta pelas corporações de diferentes setores na década de 90. Portanto

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Outro diferencial que denota os avanços na atuação da RSE é a questão das certificações de padrão de qualidade e de adequação ambiental, como as normas ISO¹⁸ - International Organization for Standardization. O Instituto Ethos classifica que é constante o número de empresas brasileiras que vem obtendo este tipo de certificação. Além disso, o surgimento de novos parâmetros de certificação relacionados especificamente à Responsabilidade Social – como as normas SA8000¹⁹ e AA1000²⁰ – desafia as corporações a atingirem um patamar mais alto de desempenho.

¹⁷ As informações elencadas estão disponíveis em www.balancosocial.org.br

¹⁸ Conforme apresentado no site www.gestaosocial.org.br, o termo ISO - International Organization for Standardization, é mencionado na língua inglesa, podendo ser entendido na língua portuguesa como Organização Internacional de Estandardização.

¹⁹ Segundo o site www.balancosocial.org.br, a SA8000 é uma norma que visa aprimorar o bem estar e as boas condições de trabalho, bem como o desenvolvimento de um sistema de verificação que garanta a contínua conformidade com os padrões estabelecidos pela norma. Ela é cada vez mais reconhecida no mundo como um sistema efetivo de implementação, manutenção e verificação de condições dignas de trabalho. Atualmente são mais de 160 empresas certificadas com SA8000 em diversos países, incluindo, entre outros: Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Itália e Brasil.

A norma SA8000 apresenta-se como um sistema de auditoria similar ao ISO 9000, que atualmente é apresentado por mais de 300.000 empresas em todo o mundo. Seus requisitos são baseados nas normas internacionais de

Ainda neste horizonte, segundo informações do site Portal de Gestão Social²¹, a publicação da ISO26000 de Responsabilidade Social está prevista para 2009 e sua construção contou com representações de mais de 70 países. O diferencial desta ISO, comparando com as normas das séries 9000 e 14000, é de que esta não será certificável, ou seja, servirá apenas como um guia de diretrizes e não para conseguir selos e certificados de Responsabilidade Sócio-ambiental pelas organizações.

Portanto, a RSE se manifesta quando a atuação das empresas é pretensamente baseada em princípios éticos e na busca da qualidade nas suas relações. Na seqüência desta análise, na seção seguinte será contemplada a descrição da Instituição Caixa Econômica Federal – CAIXA enquanto empresa que praticante da Responsabilidade Social Empresarial.

direitos humanos e nas convenções da OIT. Esta norma foi desenvolvida por um conselho internacional que reúne empresários, ONG's e organizações sindicais. A SA8000 visa encorajar a participação de todos os setores da sociedade na busca de boas e dignas condições de trabalho.

²⁰ De acordo com o site www.crescer.org.br a AA1000 é uma norma de *accountability*, com foco em assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social e ético. É composta por princípios e um conjunto de padrões de processo.

Os padrões de processo da AA1000 associam a definição e a integração dos valores da organização com o desenvolvimento das metas de desempenho e a avaliação e comunicação do desempenho organizacional. Através deste processo, focado no engajamento da organização com partes interessadas, a AA1000 vincula questões sociais e éticas à gestão estratégica e operações da organização.

A AA1000 objetiva apoiar a aprendizagem organizacional e o desempenho geral - social e ético, ambiental e econômico - e, portanto, a contribuição da organização em direção ao caminho do desenvolvimento sustentável e busca alcançar seu objetivo através da melhoria da qualidade da contabilidade, auditoria e relato social e ético.

²¹ As informações do Portal de Gestão Social estão disponíveis em www.gestaosocial.org.br

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Caixa Econômica Federal - CAIXA enquanto empresa pública, de natureza financeira e integrante do Sistema Financeiro Nacional, pretensamente possui basicamente duas vertentes de atuação: ser um banco socialmente reconhecido “o banco que acredita nas pessoas²²” e que investe em ações que possibilitem a melhora de vida dos brasileiros e, num outro pólo, enquanto banco que realiza transações financeiras, objetiva o lucro como qualquer instituição financeira. Neste sentido, a CAIXA ao longo de sua trajetória primou sustentar um *status* de banco social através das suas ações e se preocupa em manter este *status* até os dias atuais. Evidentemente por ser um banco que realiza operações financeiras como os demais, públicos ou privados, imagina-se que seus objetivos sejam meramente econômicos, mas no discurso institucional e em suas ações é notável a peculiaridade da mesma no sentido de promover uma vida melhor à população brasileira.

Embora não muito discutida, esta polaridade se faz presente no cotidiano da instituição, mas a divulgação em nível geral de iniciativas que aproximam a CAIXA de um paradigma mais ético e socialmente responsável é uma constante. Estas iniciativas estão alinhadas ao compromisso da CAIXA em ser, até o ano de 2015, uma empresa de referência em relação à Responsabilidade Social, com o objetivo de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. A partir do histórico da mesma e de uma análise que foi possível a partir da inserção na instituição enquanto campo de Estágio, nesta segunda seção serão abordadas as principais práticas da CAIXA no âmbito da Responsabilidade Social, práticas estas que são casadas a missão²³ da Instituição que é

promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando prioritariamente no desenvolvimento urbano, nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social, ancorada nos seguintes valores: o direcionamento de ações para o atendimento das expectativas da sociedade e dos clientes; a busca permanente da excelência na qualidade de seus serviços; o equilíbrio financeiro em todos os negócios; a conduta ética pautada exclusivamente nos valores da sociedade; o respeito e a valorização do ser humano. (CAIXA, 2008)

²² Frase visualizada no site da Instituição www.caixa.org.br e usada como *slogan*.

²³ Missão da Instituição disponível em www.caixa.org.br

Sendo assim, as quatro principais práticas no âmbito da Responsabilidade Social serão aqui explanadas e contextualizadas a partir de seus aspectos mais gerais, sem nos determos numa análise mais aprofundada sobre as mesmas. Isto devido à gama de informações disponibilizadas sobre estas práticas se configurarem insuficientes dos elementos para uma análise mais aprofundada.

2.1. HISTÓRICO DA CAIXA

A Caixa Econômica Federal foi criada em 12 de Janeiro de 1861 através de Decreto 2.723 assinado por Dom Pedro II e foi batizada inicialmente como Caixa Econômica de Monte e Socorro, tendo como finalidade inicial conceder empréstimos sob a forma de penhor e estimular a poupança. Ao longo dos anos foi consolidando-se como banco de empréstimos sob a forma de penhor, até que em 1934 assumiu exclusividade nessa modalidade de empréstimo a partir da extinção das casas financeiras que realizavam este tipo de operação. A modalidade de empréstimos sob a forma de penhor torna-se uma de suas marcas registradas, além de oferecer aos seus clientes o sistema de cadernetas de poupança, sendo inclusive, o primeiro banco a disponibilizar este sistema aos escravos, permitindo assim sua “liberdade” financeira. A Caixa inicia estas atividades com a idéia de proporcionar aos usuários um serviço de maior qualidade, visando também o combate às condições as quais a população da época estava submetida nestes quesitos.

Ao longo de sua trajetória, obteve destaque pela sua participação ativa nos processos de urbanização e industrialização do país, além de absorver ao seu quadro funcional demandas concernentes a quase toda a população brasileira: Habitação, FGTS, PIS, seguro-desemprego, créditos, benefícios sociais e programas federais de transferência de renda. Também é a Instituição que hoje em dia detém o monopólio das loterias, que para os apostadores refletem o “sonho de uma vida melhor” e com os recursos das apostas, contribuir para ações oficiais e não governamentais de inclusão social. Além disso, se configura como um dos grandes agentes de crédito para aquisição da casa própria.

A Caixa Econômica Federal gradativamente conquistou a confiança das instituições públicas e privadas e da população brasileira. Por esta razão e por sua capilaridade em todo o país, é hoje em dia a principal repassadora dos recursos do Orçamento Geral da União - OGU, especialmente na área do desenvolvimento urbano. Assim como as demais instituições financeiras, está sujeita às decisões e à disciplina normativa do órgão competente e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

A CAIXA apresenta em seu portfólio, além dos produtos de ordem comercial, possibilidades de desenvolvimento dos Estados e Municípios por intermédio dos diferentes programas de habitação, saneamento, infra-estrutura e gestão que operacionaliza, sendo considerado um dos mais expressivos financiadores do desenvolvimento urbano nacional. Além dos recursos próprios e do Orçamento Geral da União, a CAIXA administra também recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, Fundo de Apoio do Desenvolvimento Social - FINSOCIAL e recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, entre outros. Os programas operacionalizados por ela com estes recursos visam assegurar sua aplicabilidade adequada, realizando o objeto a que se destinam.

Conforme Batal (2007) apresenta, a estrutura da CAIXA organiza-se da seguinte maneira: o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, sendo a Diretoria Executiva responsável pela administração da empresa, composta de dez a trinta membros, e o Presidente é nomeado e demissível “*ad nutum*”²⁴ pelo Presidente da República, como também os nove Vice-Presidentes que compõem a Diretoria Executiva da empresa. As ações da CAIXA são acompanhadas e controladas por diversas instâncias externas à instituição, a saber: Ministério da Fazenda, Banco Central, Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público da União e Congresso Nacional.

A CAIXA mantém canais de comunicação com seu público interno e externo e tem como público estratégico de relacionamento seus empregados, admitidos através de concurso público, adolescentes aprendizes, estagiários, prestadores de serviços, correspondentes bancários, unidades lotéricas, o Banco Central, o Governo Federal, seus clientes e a sociedade em geral.

Sobre o quadro de funcionários, Batal (2007, p. 33) informa que “ao final de 2005, a CAIXA contava com 68.257 empregados, 11.878 estagiários, 16.951 prestadores de serviço e 8.125 adolescentes aprendizes, além do quadro técnico de credenciados de engenharia, urídica

²⁴ O site www.sualingua.com.br apresenta a descrição do termo *ad nutum* que significa literalmente “a um aceno da cabeça”. Está ligada ao tempo em que os imperadores romanos exerciam um tal controle do poder que um simples aceno de sua cabeça podia significar uma decisão de vida ou de morte. Hoje a expressão é utilizada para caracterizar uma decisão que depende exclusivamente do arbítrio de uma das partes envolvidas. No mundo jurídico, onde é muito freqüente, caracteriza “o direito que possui uma das partes que integram a relação jurídica de desfazê-la, independentemente da vontade da outra”.

e social.“ A autora pondera que o fato da CAIXA ter a disposição um número de prestadores de serviço ainda em nível elevado, denota uma precarização do trabalho na empresa, aumentando as desigualdades internas, fortalecendo o ideário da terceirização como redutor de despesas e conseqüente elevação dos lucros da empresa.

2.1.1. Breve caracterização do Serviço Social na CAIXA

A análise que aqui se apresenta considera o levantamento histórico anteriormente apresentado²⁵ bem como a minha inserção na instituição enquanto campo de estágio. Assim, pode-se partir do pressuposto do tratamento dispensado às questões sociais como uma das bases que solidificam e denotam o perfil e a imagem da Instituição, entretanto, a absorção das demandas habitacionais, antes a cargo do extinto BNH, bem como a absorção de seu quadro funcional em 1986, marca o início das atividades técnico-sociais na CAIXA. Estes profissionais passam a desenvolver dentro da Instituição um trabalho no sentido educacional em torno dos projetos subseqüentes, o que significa não somente disponibilizar a população usuária o produto final, mas fazer com que esta se adeque da melhor maneira possível a tal produto. O trabalho técnico social passa a ser formatado, reconhecido e sistematizado dentro da Instituição, sendo ao longo dos anos até os dias atuais, tratados e modificados conforme as demandas.

A prática do Serviço Social se dá a partir da absorção destas demandas e do quadro funcional, não existindo nesta época a categoria profissional Assistente Social inserida na Instituição. Os trabalhos técnicos sociais passam a ser executados por estes profissionais dentro de um Escritório de Negociação, que tratava as demandas no campo de Desenvolvimento Urbano, onde se executavam os projetos até então.

Em 1996 a CAIXA, no sentido de aproveitar seu quadro funcional, realiza concurso interno e, dentre os cargos oferecidos, surge o cargo comissionado de Técnico Social²⁶, que

²⁵ Análise contemplada no Plano de Estágio confeccionado no semestre 2008.01 para a disciplina de Supervisão Pedagógica de Estágio Obrigatório I, da 7ª fase do curso de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁶ Segundo o Caderno de Orientações Técnicas – COTS da CAIXA, o Trabalho Técnico Social nos Programas de Desenvolvimento Regional operacionalizados pela CAIXA baseia-se na premissa de que a participação dos beneficiários promove uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos, apresentando-se como contribuição significativa para a sustentabilidade do empreendimento. A realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos imóveis/sistemas/melhorias implantados, promovendo a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio-educativo, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas, de ações direcionadas à geração de trabalho e renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial. Assim, a intervenção técnico-social é norteada pelos

passa também a integrar a equipe deste Escritório de Negociação, a qual deixa de existir em 2000, quando passa a ser caracterizada Gerencia de Desenvolvimento Urbano - **GIDUR**²⁷. Nesta equipe **GIDUR**, que é relativamente nova dentro da **CAIXA**, existindo formalmente a partir de 03/01/2000, estão concentrados profissionais das mais diversas áreas: Engenharia, Arquitetura, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Pedagogia, além de uma equipe operacional que conta com profissionais das áreas da Administração e Ciências Contábeis, bem como uma equipe jurídica. A **GIDUR** é configurada desta forma interdisciplinar, pois análises singulares dos profissionais não são suficientes devido à necessidade de uma discussão interdisciplinar acerca das questões que envolvem planejamento e desenvolvimento urbano, pois se entende que as temáticas abordadas por estes profissionais e a atuação profissional capacitada são cruciais na concretização do projeto.

A função de Assistente Social já configurada como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, participa da construção e reprodução das relações sociais e entende a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade como fundamental no processo de construção de um espaço democrático, bem como do fortalecimento dos sujeitos sociais. Assim, a prática profissional neste cenário não se limita a dar as respostas, mas procura estabelecer meios que proporcionem a resolução das expressões da questão social vigentes.

Uma das principais funções da Assistente Social dentro desta equipe multidisciplinar é a de analisar os projetos sociais e acompanhá-los no decorrer do processo, respeitando algumas particularidades da formulação do projeto, que obedece previamente a um roteiro de execução, estabelecido pelo órgão executor do mesmo. A **CAIXA** trabalha basicamente com 03 fontes de recursos: Orçamento Geral da União – **OGU**, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** e Recursos **CAIXA** como operações financeiras, poupança e aplicações (vide anexo A), sendo neste caso repassador dos recursos²⁸ (próprios ou governamentais) para o implemento dos projetos. É importante lembrar que ela não é a executora dos projetos, mas

seguintes eixos básicos: apoio à mobilização e organização comunitária/condomínial, capacitação profissional/geração de trabalho e renda e educação sanitária/ambiental/patrimonial, trabalho sócio-ambiental e ações informativas. O **COTS** por sua vez, tem por objetivo orientar a atuação das equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras/Construtoras e Empresas Credenciadas para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social nos programas operacionalizados pela Caixa.

²⁷ A Gerencia de Desenvolvimento Urbano de Florianópolis foi campo de Estágio Obrigatório I e II do Curso de Serviço Social – **UFSC**.

²⁸ Segundo consta no Balanço Social da **CAIXA** em 2007, nos últimos três anos a instituição contabilizou a transferência de R\$448 bilhões de reais para o atendimento de demandas e projetos municipais nas áreas de infra-estrutura, saneamento, saúde, educação, habitação, esportes, gestão e geração de empregos. Só em 2007 o montante repassado totalizou R\$ 189,9 bilhões de reais, valor superior em 32,32% aos valores investidos em 2006.

sim estabelece parcerias com o poder público, e sua função de repasse dos recursos se dá mediante análise técnica formulada pelos profissionais da equipe GIDUR, além da troca de informações com o órgão executor.

Dentro da estrutura GIDUR/FL tem-se claro qual o papel do Assistente Social e a sua postura profissional como tal, sustentada nos preceitos éticos da profissão. Dentro da equipe este profissional é respeitado pelos demais profissionais e se coloca em condições de igualdade frente aos demais, o que se contaria a um pensamento baseado no senso comum que denota a profissão com lugar de menos destaque dentre as profissões liberais. E mesmo obedecendo a uma hierarquia e a normas institucionais, dentro desta gerência podem transitar nos mais diversos setores e expor seus pontos de vista de maneira relevante. A sua condição de trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho e que se imagina estar totalmente condicionada a regra institucional de quem a contrata, não se constitui na real dificuldade de ação deste profissional. Os limites se transfiguram nas questões burocráticas que não devem aqui ser encaradas como de todo mal, mas como um quesito a ser cumprido e que viabiliza maior transparência das ações e a garantia de que tal projeto não vá se desvirtuar, seja em torno de dificuldades ou até mesmo de caprichos políticos, entre outras. A dificuldade é considerada em torno do tempo cronológico que se perde em atender a tais exigências, pois não se deve simplesmente impor vontades, solicitando o cumprimento de tal exigência, até porque a população usuária não pode se tornar refém destes fatores burocráticos. O diálogo neste caso muitas vezes viabiliza a resolução de um problema que possa impedir o pleno andamento do projeto, mas como geralmente se trata de órgãos públicos como executores (no caso as prefeituras), alguma questão de ordem mais relevante pode realmente atrasar os trabalhos.

Dentre outras limitações, ainda se configuram as de ordem financeira que são as que mais pesam dentre as dificuldades, podendo também surgir dificuldades das mais diversas ordens: os conflitos ideários com os executores, com os profissionais e até com a própria população, que ainda não se reconhece como sujeito de direitos e pode estar facilmente vulneráveis a ação de especuladores políticos visando sempre obter vantagens em cima desta população, reforçando uma cultura assistencialista, de “favores”. Estas dificuldades se mostram desafiadoras na prática do Assistente Social, pois se tratam de dificuldades dadas na realidade como um todo; onde a vigência neoliberal reforça a idéia de um Estado mínimo e que deve se pautar na transferência das responsabilidades, sobretudo para o que se caracteriza hoje Terceiro Setor. Mas no caso da CAIXA especificamente, enquanto instituição federal que conta com recursos das mais variadas fontes é uma Instituição que tem atuação destacada

nas questões de cunho social, sendo inclusive referencia neste sentido. Embora se vislumbre a intencionalidade de um equilíbrio em suas práticas, não se coloca na contramão dos deleites neoliberais, considerada a característica marcante das instituições bancárias como um todo que é de agregar e potencializar o lucro.

2.2. AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PRATICADAS NA CAIXA

O resultado que será apresentado a partir de agora se constitui em fruto de pesquisa bibliográfica e documental junto aos Manuais Normativos, materiais impressos e meios eletrônicos internos e externos da CAIXA disponíveis. Optou-se por esta modalidade de pesquisa pela intencionalidade de perpassar a história da RSE na instituição e apresentar os quatro principais programas da CAIXA desenvolvidos na área de RSE, sem vislumbrar uma análise mais aprofundada e crítica dos mesmos. Ou seja, cabe-nos atentar para as características principais destes programas com a intencionalidade de identificar que elementos estão conectados com a atuação do Assistente Social quando da sua possibilidade de inserção nestes projetos, subsidiando assim a conclusão deste trabalho acadêmico.

Seguindo uma ordem cronológica, podemos destacar o ano de 1993 como um dos marcos do início da Responsabilidade Social na CAIXA com a criação do Comitê da Cidadania dos Empregados da Caixa, responsável por iniciativas como cursos profissionalizantes. Em 2000 esta iniciativa deu origem à Organização Não Governamental – ONG Moradia e Cidadania, fundada a partir da campanha de Combate a Fome e Pela Vida liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, sendo que, em 2001, esta passa a ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, as chamadas OSCIP's. Embora esta iniciativa não se caracterize como uma iniciativa institucional, mas sim dos empregados, pode ser considerada uma importante ação de relacionamento com as comunidades.

Com a oficialização do Pacto Global²⁹ em 1999, a CAIXA se torna signatária deste em 2004, passando a implementar ações estruturadas das áreas consideradas focais para o Pacto: direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Assim, a

²⁹ De acordo com o site www.pactoglobal.org.br, o Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. Essa iniciativa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Hoje já são mais de 5.200 organizações signatárias articuladas por 150 redes ao redor do mundo.

Gestão de Negócios da CAIXA passa a considerar os princípios e valores da Responsabilidade Social e do Desenvolvimento Sustentável e várias ações de caráter socioambiental ganham força interna e externamente, começando também a ser estruturadas para o desenvolvimento sustentável, a partir do implemento do projeto corporativo de Responsabilidade Social.

Também em 2004, o Conselho Diretor aprova o Projeto Corporativo de Responsabilidade Social e filia-se ao Instituto Ethos, com a consolidação da parceria no ano seguinte. Ocorre então a incorporação dos princípios de RSE à visão de futuro da empresa. Em agosto do mesmo ano, com o intuito de disseminar o programa, é realizado o 1º Seminário CAIXA – Nós Podemos, com a participação de empregados de todos os estados brasileiros.

No ano seguinte, ocorrem a revisão e disseminação do Código de Ética, a assinatura do pacto nacional pela erradicação do trabalho escravo, a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero, a aprovação do Projeto de Gestão da Diversidade e a publicação do primeiro Curso de Responsabilidade Social Empresarial na Universidade Corporativa CAIXA, cujo acesso é ofertado aos empregados da mesma e público externo.

Em 2006, é formado o Comitê Consultivo do Projeto CAIXA Fome Zero. Uma ação importante desse Comitê ocorreu com o lançamento do ‘Programa CAIXA ODM’ no evento 3º Seminário Nacional CAIXA – Nós Podemos. Um dos marcos deste evento, além da participação do Banco do Brasil no Seminário, foi a assinatura da 1ª Carta-Compromisso, que objetiva uma relação de parceria para o período 2007-2008 entre elas, através da qual cada uma indicou oito projetos. Neste horizonte, a relação que estabeleceu foi de parceria, quando a CAIXA contribuiu com os programas de habitação e/ou saneamento nas comunidades indicadas pelo Banco do Brasil e este, por sua vez, desenvolveu projetos de geração de trabalho e renda nas comunidades indicadas pela CAIXA. Ainda no mesmo ano, ocorre a criação do Comitê de Responsabilidade Social, que tem por intenção a consolidação desses projetos. Tal Comitê é composto por cinco Comissões Temáticas:

- Comissão Pró-Equidade de Gênero;
- Comissão de Diversidade;
- Comissão de Crédito e Risco de Crédito;
- Comissão de Relacionamento com Fornecedores;
- Comissão de Comunicação, Marketing e Patrocínio.

A atuação dos comitês converge em 2007 na aprovação pelo Conselho Diretor de algumas políticas de RSE, e atualmente, três áreas da CAIXA possuem políticas de inserção da Responsabilidade Social em suas atividades: 1) Comunicação, Marketing e Patrocínio; 2) Crédito e Risco de Crédito e 3) Relacionamento com Fornecedores. Assim, conforme é apontado no Caderno CAIXA Nós Podemos (2008), desde a adesão da CAIXA ao Pacto Global, várias ações foram iniciadas ou potencializadas no âmbito da instituição como efeito da chamada gestão cidadã. São ações destacadas da CAIXA com:

- Instalação de Comitê de Responsabilidade Social Empresarial – assegura a articulação entre as diversas áreas pra promoção do desenvolvimento, implantação e acompanhamento do Projeto Corporativo de Responsabilidade Social;
- Criação das Comissões de Comunicação, Marketing e patrocínio, Relacionamento com Fornecedores, Crédito e Risco e Pró-Equidade de Gênero;
- Adesão ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo;
- Patrocínio ao Esporte e à Cultura;
- Abrangência do Programa Adolescente Aprendiz aos quilombolas, indígenas e catadores de materiais recicláveis;
- Abrangência do Programa de Estágio aos bolsistas do PróUni;
- Acesso aos benefícios do plano de saúde CAIXA por companheiros do mesmo sexo (benefício concedido aos empregados CAIXA);
- Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero, criado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM. Esta iniciativa rendeu à CAIXA a premiação com o selo Pró-Equidade de Gênero pelas ações realizadas no âmbito do programa e a emblemática assunção da Presidência da Empresa por uma mulher;
- Maior investimento em treinamento e educação dos empregados – marco inédito e histórico, 98% de ações educacionais;
- Criação do Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdício – PROGED – de 2003 a 2006 gerou uma economia da ordem de R\$1,74 bilhão para a empresa;
- Implantação da Política Ambiental Corporativa;
- Criação do FIP CAIXA Ambiental – Fundo de Investimento em Participações CAIXA Ambiental – busca de investimento no setor de saneamento e meio ambiente;
- Criação do FIP Compensação Ambiental – solução inovadora para viabilizar a gestão financeira de recursos de compensação ambiental e manter unidades de conservação ou áreas de preservação ambiental;

- Estabelecimento de parcerias para promoção da inclusão social, geração de trabalho e renda, por meio de ações voltadas à população de baixa renda.

No mesmo ano outra ação marcante no que tange a condução da política de RSE na CAIXA se deu com a criação da Gerência Nacional de Responsabilidade Social - GERSE vinculada à Superintendência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial e Relacionamento com o Empregado – SURSE. Na estrutura geral da CAIXA, a SURSE está subordinada à Vice Presidência de Gestão de Pessoas – VIPES. Sobre a atuação da SURSE, o Manual Normativo³⁰ que orienta as ações de RSE na CAIXA, no que diz respeito à construção da cidadania, sugere que esta Superintendência deve

empreender meios que favoreçam a educação e cidadania, abordando direitos e deveres necessários à formação do cidadão no âmbito interno e externo à empresa, buscando exercer a liderança na discussão em questões que contribuam para a preservação e exercícios desses direitos e deveres.

2.2.1. Manual Normativo

Todas as atividades desenvolvidas no âmbito da CAIXA são orientadas pelo Sistema de Manual Normativo - SISMN³¹, um documento que contém as diretrizes das ações a serem desenvolvidas, variando o grau de sigilo e a periodicidade do mesmo, sempre atualizado à medida que ocorrem alterações em seu conteúdo. No âmbito da RSE, tal atuação é orientada pelo Manual Normativo - MN PO³² 012 versão 001, com vigência em 29/07/2008. Este manual tem como objetivo

Orientar a CAIXA para gerir seus negócios com base nos princípios da responsabilidade social, considerando como variáveis de gestão a valorização do ser humano – público interno e externo –, o equilíbrio

³⁰ O Manual Normativo que contempla estas informações é o mesmo que orienta as ações de RSE na CAIXA: MN PO012 versão 001 atualizado em 29/07/2008.

³¹ Com a unificação das Caixas Econômicas Federais existentes nos diversos Estados da Federação, ocorrida nos anos de 1969/70, houve a necessidade de adoção de um Sistema de Comunicação Normativa Interna com vistas à padronização da linguagem e de procedimentos entre as diversas Unidades. Ao longo dos anos, e conforme necessidade, este sistema de comunicação normativa passou por transformações e foi adaptado do padrão de títulos para o padrão de tomo. Por convenção, o conjunto de documentos normativos agrupados por tomos passou a se chamar Manual Normativo. E a unidade, ou seja, cada documento contendo normas e procedimentos passou a se chamar normativo.

³² Os Manuais Normativos são caracterizados por temáticas distintas. Assim, todos os MN que iniciarem com a sigla PO referem-se àqueles que tratam de políticas internas da CAIXA, que variam conforme a área de atuação.

econômico-financeiro e o meio ambiente, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do tempo.

O referido documento traz em seu corpo algumas definições utilizadas na discussão desta temática e também normas que servem para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social Corporativa as quais as áreas da CAIXA devem considerar na sua gestão. As dimensões tratadas neste sentido são idênticas às temáticas abrangidas pelos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social³³, que se configuram em um instrumento utilizado para auto-avaliação e aprendizagem que diagnosticam o estágio em que as organizações empresariais se encontram em relação à incorporação das práticas de Responsabilidade Social. Assim, o MN PO012 versão 001 trata as seguintes dimensões:

1) Valores, Transparência e Governança: Tratam de aspectos como compromisso ético, governança corporativa e estímulo ao enraizamento de tais preceitos na cultura organizacional. Também tratam das relações transparentes com a sociedade, seja entre as partes interessadas, seja com a concorrência ou ainda, com a utilização do instrumental Balanço Social no intento de dar visibilidade e transparência às informações.

2) Público Interno: Tratam como deve ser o diálogo e participação com o público interno, estimulando a Gestão Participativa, priorizando a participação efetiva de representações dos empregados nos comitês de impacto na gestão ou nas estratégias. Esta participação é estimulada com a sistematização do meio de comunicação entre estes, além da disponibilidade de informações que permitam o entendimento sobre o cenário econômico e suas inflexões, no sentido da participação efetiva nas decisões estratégicas da empresa. Além disto, orientam ações que visam o respeito ao indivíduo, o compromisso com o desenvolvimento infantil e a valorização da diversidade e promoção da equidade racial e de

³³ Nos dias 31 de Março e 01 de Abril de 2008, em parceria com o Instituto Ethos e UniEthos, a CAIXA formulou o Relatório de Diagnóstico Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2008. Segundo tal documento, a intencionalidade da CAIXA ao fazer aproximação com estas entidades foi de buscar a incorporação da Responsabilidade Social Empresarial – SRE e do Desenvolvimento Sustentável - DS na gestão estratégica de seus negócios. Então, foram reunidos 35 funcionários da CAIXA das mais diversificadas áreas funcionais e geográficas que durante estes dois dias participaram de uma oficina conduzida pelo UniEthos, onde foram disseminados conceitos de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável, culminado com a auto-aplicação dos Indicadores Ethos. Para este trabalho, a CAIXA utilizou a versão anterior dos Indicadores Ethos de RSE e este relatório apresenta os dados obtidos e combinados para acrescentar uma análise mais aprofundada e, posteriormente, condicionar a tomada mais segura de decisão.

gênero. No que diz respeito às relações de trabalho, orientam que as empresas terceirizadas devem ter sua gestão de pessoas compatível com a da CAIXA, inclusive no que diz respeito à disponibilização de benefícios básicos. Com relação aos empregados CAIXA, estimulam cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho e contemplam política de remuneração, benefícios e carreira e preparação para a aposentadoria deste.

3) Meio Ambiente: Demonstram preocupação com as gerações futuras, com o discurso do compromisso com a melhoria da qualidade ambiental, educação e conscientização ambiental, gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços. Aqui passam a sugerir que na execução das atividades pertinentes aos seus segmentos de negócio, as áreas devem considerar como variável os impactos no meio ambiente decorrentes desta execução. Também denotam preocupação com a sustentabilidade da economia florestal e com a minimização de entrada e saída de materiais, quando as áreas gestoras devem definir meios que contribuam para a redução de consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, com a adoção de medidas adequadas à destinação de resíduos.

4) Fornecedores: Aqui são levados em conta os aspectos de seleção, avaliação e parceria com fornecedores. Além do cumprimento das exigências legais, a política de relacionamento deve considerar para fins de avaliação e seleção destes fornecedores as questões referentes às relações trabalhistas, ao trabalho infantil, ao trabalho escravo ou análogo e a padrões ambientais, estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações em relação aos seus próprios fornecedores, estimulando a criação de um vínculo virtuoso de conscientização social. A CAIXA prioriza os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam direitos humanos e aqueles que contribuam para a conservação ambiental e proteção a biodiversidade, assim como aqueles que combatam a exploração ilegal e predatória de florestas. Por fim, este item trata do apoio ao desenvolvimento de fornecedores, quando a Superintendência Nacional de Contratação – SUCOT e demais áreas gestoras devem contribuir para a melhoria do padrão gerencial dos seus fornecedores por meio de informações e treinamentos, que possibilitem o crescimento futuro e estímulo ao envolvimento destes fornecedores em projetos sociais e ambientais.

5) Consumidores e Clientes: Aqui o aspecto da comunicação é o foco de atuação. No que tange à dimensão social, a política de comunicação comercial e institucional só deve ser levada a efeito quando não atentar contra a dignidade humana, independente da origem, raça,

gênero, cor, religião, credo, classe social, orientação sexual, opção política e incapacidade física, entre outros, e não estimular comportamentos que resultem em atitudes de impacto negativo ao meio ambiente. Assim a comunicação deve observar a legislação de defesa do consumidor, suscitar a criação de valores positivos na sociedade como forma de contribuir com o desenvolvimento sustentável, tratar de conotações que favoreçam a formação de valores e padrões de consumo saudáveis na sociedade e junto aos fornecedores, estimular a cultura de responsabilidade e transparência na comunicação. A CAIXA também prioriza a excelência no atendimento, com a disponibilização de canais de ouvidoria e o efetivo conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais de produtos e serviços, com a divulgação de resultados de estudos e pesquisas sobre os produtos e serviços CAIXA, adotando assim medidas preventivas ou corretivas em caso de riscos e falhas.

6) Comunidade: Aqui cabem orientações sobre as relações com a comunidade local. As Superintendências Regionais devem apoiar as organizações comunitárias locais de modo a contribuir para a execução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, principalmente de conceitos que sejam aderentes aos negócios da CAIXA e que propiciem geração de trabalho e renda. Também estimulam a financiamento de ações sociais (com normativo próprio pra esta modalidade) e notadamente por meio de suas representações locais, o estímulo ao trabalho voluntário de seus empregados e em ONG's idôneas para o desenvolvimento de iniciativas de caráter social compatíveis aos seus negócios, agregando valor à marca, aos resultados e promovendo o desenvolvimento local. Logo, como forma de dar sustentabilidade ao negócio e contribuir para o desenvolvimento local, a CAIXA deve compartilhar competências técnicas e gerenciais para fortalecimento de projetos sociais, intercedendo com outras entidades públicas para a concretização dos mesmos.

7) Governo e Sociedade: Em consonância com valores éticos e morais, a construção da educação e cidadania é primordial. As áreas da CAIXA devem também contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas e são orientadas a nunca divulgarem a maneira como tais práticas ocorrem como forma de inibir sua propagação. Outro aspecto que cabe salientar é com relação a sua liderança e influência social. A CAIXA, por meio de suas áreas deve participar de comissões e grupos de trabalho que tratam da defesa e promoção dos interesses próprios e também daqueles relativos às questões de interesse público, e em parceria com outras empresas, associações ou autoridades públicas, deve contribuir para a elaboração de propostas de caráter social, viabilizando-as e fortalecendo-as. A CAIXA

também deve se fazer representar institucionalmente junto a entidades como o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP³⁴, no Conselho de Segurança Alimentar – CONSEA³⁵, no Fórum de Economia Solidária, nos Fóruns Sociais Locais, nas Secretarias Sociais dos Governos Estaduais e Municipais e em outras organizações sociais de interesse público. Devem ser priorizadas entidades e organizações cujas práticas são voltadas à promoção da qualidade de vida das populações de baixa renda. Por fim, a CAIXA deve contribuir regularmente com projetos sociais governamentais, devido a sua natureza jurídica e de negócios, com recursos que viabilizem projetos de entidades governamentais, favorecendo a elaboração, aperfeiçoamento, execução, controle e avaliação dos mesmos, visando o fortalecimento de políticas públicas e de interesse geral.

2.2.2. Programa CAIXA ODM

Conceitualmente, o Programa CAIXA ODM é uma estratégia de gestão da RSE da CAIXA e tem prioridades no relacionamento com as comunidades de baixa renda, com vistas a promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental, de forma integrada com os objetivos negociais da CAIXA e as políticas públicas do Governo Federal, no apoio e incentivo da prática voluntária dos empregados CAIXA em projetos sociais e ainda, na consolidação da atuação da CAIXA como agente de Responsabilidade Social que ajude a promover o desenvolvimento local e regional sustentáveis. Este programa beneficia comunidades de baixa renda de zonas urbanas e rurais, participantes do Programa Bolsa³⁶

³⁴ De acordo com o power point apresentado pelo Superintendente Regional da CAIXA, Sr. Roberto Carlos Ceratto durante o 1º Seminário Regional CAIXA de Responsabilidade Social Empresarial em 04/09/2008, o COEP foi criado em 1993 no âmbito da grande mobilização social contra a fome e a miséria liderada pelo sociólogo Herbert de Souza – Betinho. Trata-se de uma iniciativa inovadora que resultou em uma grande Rede de Mobilização Social de Organizações do Brasil e tornou-se uma referência em nível nacional e internacional. Atualmente, o COEP é uma rede de Comunidades, Organizações e Pessoas.

³⁵ Ainda na mesma apresentação, o CONSEA é um instrumento de articulação entre governo e Sociedade Civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado em 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República e os governos estaduais na formulação de políticas de direito humano à alimentação.

³⁶ Segundo site da CAIXA, o Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS com vistas ao apoio às famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Em todo o Brasil, mais de 11 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Atualmente o Programa é uma incorporação dos seguintes Programas: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação.

Família, com foco especial em catadores de material reciclável, quilombolas, indígenas e artesãos.

Criado em Agosto de 2006 durante o 3º Seminário CAIXA - Nós Podemos, o Programa foi idealizado com a intencionalidade de cumprir uma importante missão: “transformar a realidade social, econômica e ambiental das comunidades brasileiras de baixa renda” (CAIXA, 2008). O Programa CAIXA ODM visa a contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio³⁷ e se sustenta em três eixos básicos: 1) Educação: nos formatos profissional, formal e cidadão; 2) Geração de Trabalho e Renda: com incentivo a ações de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo e 3) Habitação, com foco no saneamento, infra-estrutura e moradia. O CAIXA ODM também pode ser definido como um programa de voluntariado empresarial, provocando junto aos empregados da CAIXA o engajamento dos mesmos em ações voluntárias nas comunidades em que o programa atua.

Para o alcance deste objetivo e o bom funcionamento do Programa, foram formados comitês executivos pelas Superintendências Regionais e Vice Presidências da CAIXA Matriz, com a finalidade de selecionar comunidades de baixa renda onde pudessem ser desenvolvidos projetos de inclusão social, com ênfase na geração de trabalho e renda, no acesso a moradia, infra-estrutura comunitária e educação. A metodologia utilizada por estes comitês é a seguinte: primeiro cada um destes comitês realiza um diagnóstico das principais demandas e necessidades dos futuros beneficiários das comunidades escolhidas. Assim, conseguem desenvolver suas atividades com foco na sustentabilidade e em consonância com os três eixos básicos do Programa. Em seguida, estes comitês definem uma proposta de transformação social para a região para depois planejarem um cronograma de ações que possam fortalecer os beneficiários. Atualmente existem em todo o Brasil 88 comitês, compostos por mãos de 1.100

³⁷ Conforme o site www.odmbrasil.org.br, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgiram durante a reunião da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque no ano de 2000, quando líderes de 191 nações oficializaram um pacto para tornar o mundo mais solidário e mais justo, até 2015. O sucesso desse grande projeto humanitário só será possível por meio de oito iniciativas que ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater o HIV/ AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

empregados e estes articulam uma gama de parcerias³⁸ para viabilizarem o alcance dos objetivos traçados.

Os números mostram que desde a implantação do Programa, 82 mil pessoas ou 18,3 mil famílias já foram beneficiadas pelo programa, sendo que 7.420 famílias tiveram acesso a recursos de programas habitacionais CAIXA e 941 foram incluídas nos Programas Sociais do Governo Federal. Quanto aos investimentos sociais, na primeira edição (Agosto de 2006 a Setembro de 2007) e segunda edição do programa (Setembro de 2007 a Agosto de 2008) foram disponibilizados pela CAIXA R\$1,18 milhão e cada um dos 88 comitês recebe R\$12 mil por edição para execução dos projetos.

2.2.3. Programa CAIXA de Diversidade

Em consonância com as práticas de RSE, destaca-se no planejamento estratégico dessa modalidade a elaboração de Políticas de Valorização da Diversidade. Ainda que o conceito de diversidade seja entendido de maneiras diversas nas organizações, com variações que vão desde raça, etnia e gênero até aquelas que contemplam todos os tipos de diferenças entre as pessoas, inclusive aquelas relacionadas à aparência, comportamento, crenças e opções pessoais, a CAIXA entende que valorizar a diversidade é combater o preconceito e a discriminação. Nessa direção, também procura promover a igualdade de oportunidades e implantar ações afirmativas, reforçando a necessidade de tratamento desigual a pessoa desigual, para que se possam ter oportunidades iguais.

Assim, o Programa CAIXA de Diversidade visa a implementar ações que possibilitem:

- A promoção de um ambiente de respeito às diferenças e opções pessoais relacionadas a gênero, raça, orientação sexual, deficiências, idade, crenças religiosas, partidarismos políticos, entre outros;
- A sensibilização e a conscientização dos empregados contra os mais diversos tipos de preconceitos;
- A valorização e gestão da diversidade humana existente na CAIXA;
- A promoção da igualdade de oportunidades;

³⁸ Segundo o Caderno Nós Podemos de 2008, no primeiro ano do Programa, mais de 400 instituições foram parceiras e atualmente são parceiros da CAIXA nos projetos de Responsabilidade Social: Prefeituras Municipais, Governos Estaduais, Organizações da Sociedade Civil, empresas privadas, instituições religiosas, universidades, órgãos públicos federais e as organizações do Sistema "S": SESI, SESC, SENAI, SEBRAE, SENAR e SENAC) e dentre as dezenas de parceiros da CAIXA, os mais constantes são: a ONG Moradia e Cidadania, a Associação de Pessoal da CAIXA – APCEF e o Grupo CAIXA Seguros.

- A melhoria nos processos de promoção e seleção de pessoas;
- O estímulo à formação de equipes diversificadas ou multiculturais;
- A melhoria do clima organizacional e dos resultados financeiros da empresa;
- O cumprimento de disposições legais sobre o assunto.

O Programa CAIXA de Diversidade possibilita o aprimoramento da sua competência histórica de inclusão social e contribui para a existência de uma empresa mais justa, mais responsável e mais humana.

2.2.4. Programa Coleta Seletiva

O projeto da Coleta Seletiva³⁹ atende ao decreto 5.940/2006 da Presidência da República, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Conforme apresentado neste decreto, considera-se coleta seletiva solidária: “coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis” Isto significa em primeira vista, a promoção de uma política pública que atenda as necessidades sociais⁴⁰ e econômicas deste segmento da sociedade.

Para a implantação do Projeto Coleta Seletiva são necessárias algumas ações iniciais, tais como a constituição da Comissão Regional, aquisição de coletores específicos e o lançamento de editais para credenciamento de associações/cooperativas de catadores. Para assessorar este processo e acompanhar tais ações, foi estruturada pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos catadores de materiais recicláveis (este criado a partir de Decreto Federal de 11/09/2003) uma Secretaria Executiva, composta por servidores do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, com apoio da Caixa Econômica Federal. As Comissões Regionais, por exemplo, tem a finalidade de conduzir a implementação das medidas estabelecidas neste Decreto e os resultados devem ser apresentados em relatórios semestrais, onde deve constar a avaliação do processo de

³⁹ As informações contempladas neste subitem estão disponíveis em www.sistemas.sudup.mz.caixa/politica_ambiental/index.html

⁴⁰ De acordo com Pereira (1998, p. 39-40), frequentemente, necessidades sociais são consideradas como: falta ou privação de algo (tangível ou intangível); preferência por determinado bem ou serviço em relação a outro ou a outros; desejo, de quem psicologicamente se sente carente de alguma coisa; compulsão por determinado tipo de consumo, movida pela dependência ou pelo uso repetitivo ou viciado desse consumo; demanda, como procura por satisfação econômica, social ou psicológica de alguma carência. Há ainda quem confunda necessidade com motivação, expectativa ou esperança de obter algo de que se julga merecedor, por direito ou promessa.

separação destes resíduos. Em consonância com tal decreto, a CAIXA almeja a possibilidade de geração de renda aos catadores e suas famílias, além de dignidade, respeito e inclusão social.

No projeto piloto, cada Gerência Nacional indicou um representante para acompanhamento da implantação da Coleta Seletiva em sua unidade, conforme o que preconiza tal decreto, que será a referência para esclarecimentos, dúvidas e sugestões da Coleta Seletiva. Foi iniciado em 25/02/2008 em Brasília, o projeto piloto nos prédios Matriz I e II da Caixa, com previsão de estender a todas as unidades a partir de Junho de 2008.

A partir desta orientação e na direção do cumprimento desta medida, em 01 de Julho de 2008 foi enviada mensagem de e-mail a todos os Integrantes das Comissões Regionais da Coleta Seletiva Solidária com cópia para as Superintendências Regionais. O informe repassado foi o de que no dia 13 de Maio do corrente ano, a Comissão Nacional do Projeto Coleta Seletiva Solidária CAIXA encaminhou solicitação de levantamento de dados às Comissões Regionais, no sentido de conhecer as especificidades de cada região da CAIXA, com vistas à viabilização do projeto em nível nacional. A orientação repassada aos integrantes das Comissões foi no sentido de consolidar um diagnóstico geral e subsidiar o Projeto da Coleta Seletiva, com o pedido de envio até o dia 04 de Julho de 2008 da situação das ações já desenvolvidas em cada região relativas à coleta de resíduos, tais como:

- Existência de coleta seletiva implantada nos municípios de vinculação de cada Comissão;
- Existência de coleta seletiva na CAIXA, na região de atuação de cada Comissão, informe de maneira resumida como é realizada;
- Existência de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis nos municípios de atuação de cada Comissão;
- Qual o quantitativo geral de copas, ilhas de impressão, estações de trabalho nos locais de atuação de cada Comissão;
- Quantidade de *containers* necessários (informação por comissão).

2.2.5. Programa CAIXA Melhores Práticas

O Programa CAIXA Melhores Práticas lançado em 1999 é inspirado no *Best Practices and Local Leadership Programme* - BLP da ONU Habitat e tem como objetivo principal a disseminação das experiências que resultaram na melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O Programa é destinado a identificar, avaliar, selecionar, documentar, premiar e difundir as melhores experiências de gestão local (sejam projetos urbanos ou rurais, resultante das atividades da CAIXA, que utilizem apoio financeiro de repasse de recursos e/ou parceiro técnico da mesma), de forma a incentivar a adoção de práticas semelhantes e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Além disso, busca apoiar a implementação da Agenda Habitat no Brasil, estimulando a replicação destas experiências sustentáveis que concretizem melhorias efetivas da qualidade de vida da população.

Este programa se caracteriza pela parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e se integra ao calendário do Prêmio Internacional de Dubai, patrocinado pela União dos Emirados Árabes. A cada dois anos as dez melhores práticas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, meio ambiente e inclusão social são premiadas pela CAIXA e inscritas automaticamente pela CAIXA para o prêmio Global de Excelência de Dubai (ONU Habitat). Portanto, as experiências contempladas se dão no âmbito das experiências sustentáveis voltadas à inclusão social, combate à pobreza, geração de renda, habitação, saneamento, infra-estrutura, desenvolvimento econômico, equidade de gênero, gestão ambiental, gestão de uso e ocupação do solo, entre outros.

Assim, o prêmio tem a intencionalidade de ir além do mero reconhecimento, envolvendo a análise profunda dos aspectos que classificam um projeto como Melhor Prática. A cada edição é percebida a participação de todas as regiões do Brasil, fator que permite a contemplação de diferentes realidades e contextos sócio-econômicos. O prêmio objetiva a valorização do público participante, que contempla atores sociais públicos, privados e da Sociedade Civil tais como: agentes promotores do desenvolvimento urbano e social do setor público nas esferas municipal, estadual e federal; organizações governamentais e não governamentais; setor privado e representantes da Sociedade Civil, de entidade acadêmica ou de pesquisa. As vantagens consideradas para os participantes do programa se dão nos seguintes âmbitos:

- Visibilidade e reconhecimento do comprometimento social;
- Credenciamento para a captação de recursos públicos e privados;
- Demonstração da capacidade do setor público em articular parcerias com diversos segmentos da sociedade;
- Reconhecimento da qualidade dos projetos envolvidos;
- Demonstração e reconhecimento da idoneidade e da transparência no processo;
- Destaque e reconhecimento internacional;
- Replicabilidade de resultados, experiências e conhecimentos.

Para serem selecionadas e caracterizadas como Melhor Prática, estas práticas devem atender ao seguinte conjunto de critérios:

- Ser financiado pela CAIXA ou ter a CAIXA como Agente operador/repassador;
- Ser parceiro formal da CAIXA mediante assistência técnica e/ou apoio institucional;
- Ter como Agente Promotor um Município, uma Unidade da Federação, uma entidade municipal ou estadual da administração direta ou indireta, um Agente privado ou uma Organização da Sociedade Civil;
- Estar relacionado à gestão local, ao desenvolvimento sustentável do território beneficiado;
- Estar enquadrado nas categorias temáticas do Programa;
- Ter sido concluído nos últimos três anos ou estar em andamento;
- Apresentar evidências tangíveis e resultados concretos;
- Não ter sido selecionado entre as 10 melhores práticas nos concursos anteriores.

E aos seguintes requisitos:

- Fomentar parcerias entre instituições, cidadãos, empresas ou administração pública;
- Causar impacto, promovendo a qualidade de vida e o desenvolvimento;
- Alcançar a sustentabilidade;
- Formar lideranças;
- Fortalecer as comunidades;
- Trabalhar as questões de gênero e inclusão social;
- Demonstrar inovações no contexto local;
- Incentivar a replicação.

As etapas de seleção das Melhores Práticas se dão em três níveis: o primeiro com a seleção regional dos projetos, que ficam em torno de sessenta. Em princípio, forma-se um comitê composto por Técnicos, Gerentes da CAIXA e especialistas convidados que analisam os projetos inscritos (obedecendo aos critérios da ficha de inscrição) e selecionam aqueles que mais se destacam na sua atuação. Em seguida, forma-se um comitê nacional composto por empregados CAIXA que selecionam as vinte principais atuações. Por fim, compõe-se um júri

misto composto por representações do setor público e privado, sociedade civil, instituições acadêmicas de pesquisa e do Terceiro Setor, que selecionam as dez Melhores Práticas⁴¹.

Levando em conta os pressupostos até aqui explanados como marcantes na conjuntura brasileira, abordaremos na seção seguinte sobre o Serviço Social e suas principais características ao longo da história, realizando uma análise da profissão nesta conjuntura, levando em conta também aspectos mais gerais que interferem substancialmente na atuação do profissional Assistente Social.

⁴¹ Como exemplo de uma prática vencedora em âmbito local, o Projeto Comunidades Invisíveis e Soluções Sustentáveis identificado como Projeto Energia Limpa, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, foi premiado como uma das Melhores Práticas do biênio 2007/2008. A partir da realização do Programa Habitar Brasil BID – HBB na comunidade foi possível a inscrição do projeto de fabricação de Coletores Solares confeccionados com garrafas plásticas e caixas de leite, com o objetivo de transformar luz do sol em energia e de forros ecológicos com a intenção de climatizar ambientes. A atividade tem a liderança das mulheres da comunidade e a intencionalidade da geração de renda destas famílias.

3. SERVIÇO SOCIAL E AS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO

A partir das considerações anteriores sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil e Responsabilidade Social como um dos reflexos destas relações que passam a se configurar, nesta seção será feita uma contextualização do Serviço Social enquanto categoria trabalho. Para tanto, serão abordados aspectos desde os tempos de sua natureza de benevolência até os dias atuais, quando a profissão já adquire um *status* de enfrentamento, considerando seu posicionamento frente às expressões da questão social.

A partir desta característica de enfrentamento que a profissão sustenta atualmente, pretendo adiante correlaciona-la com a possibilidade da prática profissional em projetos de Responsabilidade Social. Tal correlação não pretende neste trabalho delimitar ou direcionar a atuação do Assistente Social, mas sim ressaltar as possíveis características de intervenção da profissão dentro de tais projetos para que, no fim, tais apontamentos possam subsidiar a conclusão deste trabalho: se é necessária a presença/atuação do profissional Assistente Social nos projetos de Responsabilidade Social desenvolvidos pela CAIXA.

3.1. SERVIÇO SOCIAL: BREVE RESGATE HISTÓRICO DA PROFISSÃO NO BRASIL

Nos anos 30 o Serviço Social surge no Brasil amparado no bojo do bloco católico e toda ação social neste período se dava sob o enfoque da igreja católica, inclusive no que tange a formação dos trabalhadores sociais. Este período coincide com a reorganização do bloco católico com vistas ao enquadramento político e ideológico dos setores subalternos da época. Assim, o Serviço Social passa a se configurar como “departamento especializado da Ação Social e da Ação Católica num momento extremamente importante para o papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira.” (IAMAMOTO, 1983, p. 221). A autora ainda resgata que esta reorganização tem fortes influências de um modelo Europeu que tem características autoritárias e doutrinárias e a condição de riqueza e pertencimento ao catolicismo outorgava a uma parcela da sociedade uma superioridade tida como natural e o Serviço Social era tido como um movimento aonde senhoras abastardas e católicas realizavam caridade, unificadas a partir do relacionamento e militância no meio católico.

O laicado, o apostolado social, ao servir a Igreja participando de seus movimentos, ao pretender servir aos pobres retirando-os da situação de anomia e atenuar os antagonismos de classe, está objetivamente servindo à manutenção e reforço do domínio de sua própria classe e/ou das classes a que ela se alia. (IAMAMOTO, 1983, p. 223)

Quando o primeiro núcleo de Serviço Social surge em São Paulo, justamente a partir da ação feminina de grupos e frações de classe recentemente despojados do poder político, a atuação segue

Aglutinando setores sociais deslocados do poder – por eles anteriormente mantido ou ao qual se aliavam – a ação social, o apostolado social representa uma forma particular de atuação política, realizada através do movimento católico, que é uma forma de intervenção no controle social e político das classes subalternas. (IAMAMOTO, 1983, p. 224)

Já o ensino de Serviço Social surge relacionado às preocupações da Igreja com a dita “questão social” e assim, as primeiras escolas de Serviço Social nascem do movimento de Ação Católica dotadas de cunho religioso. Mas passada esta primeira etapa de mobilizações do movimento laico, o que se observa é uma mudança no quadro de pessoal, que passa da instância de preparação de moças para realizarem caridade, de forma até meio que hostilizada, para a instância da seleção de pessoal com uma visão mais abrangente, ainda que amparado em bases técnicas diminutas. O humanismo cristão passa a ser uma característica daqueles que praticam o Serviço Social que é coroado com uma formação moral necessária à prática deste assistencialismo. Observa-se, no entanto que, mesmo atravessando por mudanças até que significativas no que tange à prática profissional, ainda não se tem um rompimento com a doutrina católica.

A necessidade de um estudo mais metódico das expressões da questão social é característica de uma nova era na atividade social feminina. Este movimento vem da Ação Católica, que tem um perfil mais político e surge em 1933 a Liga Eleitoral Católica e em 1936 a primeira escola de Serviço Social em São Paulo. O seu corpo docente era formado por profissionais que, na sua maioria, contava com uma bagagem intelectual adquirida em escolas do exterior e este fato proporcionou uma substancial mudança no *currículum* adotado por instâncias de formação de agentes para a prática do Serviço Social.

A partir do Estado Novo, com o movimento de industrialização nacional em larga escala, surgem os sistemas “S” (esse): SESI - Serviço Social da Indústria, SESC - Serviço Social do Comércio, que já contavam com estes trabalhadores sociais. Os elementos que

configuravam o discurso do Serviço Social quando da sua inserção no cenário nacional tinham por base os pensamentos católicos Europeus (Belga e Francês). Já a partir de 1941, essa influência passa a vir dos Estados Unidos⁴² e se concretizava pelo fato de proporcionar aos profissionais brasileiros bolsas de estudos. Em seguida, modificações curriculares surgem já sob a égide da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS criada em 1946 que difunde tais mudanças e homogeniza o ensino a nível nacional. A prática da 'caridade' passa a contar com recursos técnicos e científicos. Nesse sentido, Iamamoto (1995) traz que o Serviço Social passa a incorporar a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional. Ela complementa que, entretanto,

a comunidade é erigida como ótica de interpretação da sociedade capitalista quando já deixou de ter contrapartida histórica, isto é, quando a sociedade encontra-se estruturada não mais segundo os princípios das relações comunitárias, mas conforme os parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução do capital. (IAMAMOTO, 1995, p. 26-27)

Logo, o modo de produção capitalista se difunde e cria a ideologia dominante, que deixa de ser a da Igreja. Tem-se então uma visão de "patologia social", caracterizada pela miséria, pelo pauperismo do proletariado e também surge a necessidade de um conhecimento real do homem, sob os aspectos material, econômico e moral.

Assim, as práticas sociais desenvolvidas pelos Assistentes Sociais se orientarão por uma lógica particular. Ao pretender atuar sobre a 'questão social', negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da 'questão social', para atuar sobre os efeitos. No entanto essa lógica será particular também no sentido inverso. Os efeitos não conduzem a agir sobre as causas, mas sobre as percepções. A ação educativa, de levantamento moral do proletariado, a que se propõe o Serviço Social, aparece claramente como uma ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes. Negadas as bases materiais da situação social considerada patológica, restará ao Serviço Social procurar modificar as representações que o proletariado faz de sua própria situação, levá-lo a aderir à ordem social considerada essencialmente justa, malgrado alguns excessos. (...) A ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes é encoberta e englobada num projeto de recristianização, de formação moral e religiosa da população cliente. (IAMAMOTO, 1983, p. 239)

Logo, esta relação da profissão com o ideário católico desde sua gênese na conjuntura nacional é marcante na trajetória da profissão. Yazbeck (2000) resume que esta relação é uma

⁴² Segundo Iamamoto & Carvalho (1983), um dos marcos da influência norte americana no ensino de Serviço Social no Brasil é o Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em Atlantic City em 1941.

Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado, fundado em uma abordagem da questão social como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para a solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. A contribuição do Serviço Social, neste momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus clientes na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. (YAZBECK, 2000, p. 22).

Sobre este período, Iamamoto (1995) ressalta que também é marcante a incorporação do princípio da solidariedade como diretriz ordenadora das relações sociais, em tensão com seus fundamentos históricos concretos. “As relações sociais passam a ser vistas invertidamente: a coisificação alienadora das relações que se estabelece no universo da mercadoria é obscurecida, fazendo reaparecer, na base mesma da sociedade, relações pessoais, solidárias, personalizadas.” (IAMAMOTO, 1995, p. 27).

3.1.1. Conjuntura profissional brasileira dos anos 60 aos anos 80 – Da ditadura ao processo de redemocratização

Já a partir dos anos 60, o marco histórico aponta para busca de uma reconceituação do Serviço Social na América Latina, mesmo com o avanço da sociedade e o surgimento de outras ideologias. Entretanto, observa-se a predominância ideológica da Igreja Católica e coincidentemente o início da crise do Serviço Social tradicional. Iamamoto (1995) destaca que a atualização da herança conservadora aparece de forma mais destacada após o início da ditadura militar no Brasil e que neste mesmo período, a categoria profissional se vê desafiada a dar novas respostas frente às novas demandas decorrentes no capitalismo monopolista vigente. A atualização dessa herança conservadora, segundo a autora, se traduz numa modernização da instituição Serviço Social, manifestada em

mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e representação da classe trabalhadora, efetivadas pelo estado e pelo grande capital, pra atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança. (IAMAMOTO, 1995, p. 32)

Nessa direção, Silva e Silva (1994) comenta que a partir de uma demanda imposta pelo Estado Novo, aonde grandes instituições assistenciais, estatais e autárquicas se

desenvolvem a partir de um movimento favorecedor da industrialização, se observa o crescimento da massa do proletariado urbano e a autora traz que “inequivocadamente a história mostra que a profissão se institucionalizou e se consolidou no Brasil, respondendo fundamentalmente aos interesses burgueses dessa sociedade” (1994, p. 80). Ocorre neste período uma onda de desenvolvimento que se baseia em uma dinâmica excludente de acumulação, resultando na dependência das economias ao capital monopolista e o aumento da dívida externa como uma das conseqüências. Um dos reflexos imediatos se dá no campo social com o corte dos gastos sociais, aumento da pobreza, de enfermidades e dificuldades da classe trabalhadora.

Em meados da década de 60 é possível verificar na história da profissão “uma perspectiva crítica ao Serviço Social tradicional” (SILVA E SILVA, 1994, p. 81) o que acena para algumas tentativas de vinculação desta categoria aos processos e lutas por mudança, embora seja marcante a característica assistencialista da atuação destes profissionais. A ditadura militar além de se configurar um momento marcante na história nacional, também causa reflexos na profissão, inaugurando uma nova conjuntura. É marcante neste período a repressão aos setores populares organizados (que passam a se sustentar na clandestinidade) e de outros que passam a ser considerados inimigos do sistema, além do “milagre econômico” que segundo Silva e Silva (1994) só foi possível “mediante a repressão das tensões sociais que permitiu o estabelecimento de medidas mais importantes de transformação das relações de trabalho” (1994, p. 85).

Neste contexto, é possível notar que no Serviço Social duas vertentes se sobressaem: a conservadora, aonde ele se torna cada vez mais absorvido pelo Estado, não sendo observadas divergências entre objetivos institucionais e profissionais, além das correntes psicológicas e sociológicas que deslocam o foco da prática para a sociedade/comunidade ao invés de se preocupar com o indivíduo em si. Já a corrente mudancista tem seu enfoque na conscientização e politização da sociedade para mudanças estruturais de caráter político e crítico, diferentemente do enfoque de ajustamento.

A conjuntura da ditadura traz elementos que limitam a prática do Assistente Social, pois a metodologia utilizada por estes profissionais consistia na adequação da sociedade aos planos de governo, o que confere a prática uma característica de “burocratização” que se estende por muitos anos. Quem se mostrasse contrário ao regime ou era perseguido ou acabava atuando de forma ilegal, clandestina. A opção para esta categoria profissional passou

a ser atuar na execução de programas de DC⁴³ - Desenvolvimento de Comunidade e de programas desenvolvimentistas com o intuito de eliminar possíveis resistências ao sistema e promover a integração da população a estes programas e também ao plano econômico vigente. A primeira direção que o processo de renovação do Serviço Social assume tem influência do funcionalismo norte-americano; um embate de tendências tecnocráticas com as demandas do Estado ditatorial e também da renovação profissional com a ordem burguesa.

Outro marco da profissão é o primeiro momento do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil, a tentativa da categoria na sistematização teórico-prática do Serviço Social com os documentos de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970). Ainda na década de 70 é que começa a ser inserida a perspectiva marxista no contexto da profissão, que tem forte influência de Althusser⁴⁴,

especialmente mediante a concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos do Estado, seguindo a tendência do Movimento de Reconceituação, em nível continental, naquele momento de negação da prática institucional, com ênfase na militância política. (SILVA E SILVA, 1994, p. 88)

E a autora reforça que

Mesmo no período de maior repressão do regime militar, setores profissionais, embora minoritários, começam a atuar na contra-resposta ao encaminhamento hegemônico que transforma a profissão num mero instrumento de aceleração do desenvolvimento, percebido como um crescimento econômico concentrador e excludente. Isso significa que, apesar de cometer o 'equivoco' de se propor a abandonar o espaço institucional, por percebê-lo como instrumento mecânico de dominação, é retomada a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constituem a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social. (SILVA E SILVA, 1994, p. 89)

A organização dos trabalhadores e a tentativa desta classe organizada em atuar na contramão da deterioração das suas condições de vida é processo marcante neste período de ditadura. A condição de dificuldade não é inerente apenas a este setor, mas se estende também

⁴³ Conforme Silva e Silva (1994) explana em seu trabalho, o Desenvolvimento de Comunidade - DC se configura numa tentativa de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, marcando também a presença do Serviço Social neste projeto, concomitante à tentativa da Organização das Nações Unidas - ONU e outros mecanismos internacionais na sistematização e divulgação do DC.

⁴⁴ Segundo obra de Silva e Silva (1994), Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social dos anos 60/70e particularmente, o método de BH.

as camadas da classe média, apesar da proliferação de “programas sociais voltados para a complementação dos baixos salários, como prática generalizada de aumento dos salários indiretos” (SILVA E SILVA, 1994, p. 91). Coincidindo com este período de derrocada do milagre econômico, a autora enfatiza que

Diante do quadro que se posiciona, de um lado, a ampliação das políticas sociais enquanto mecanismo voltado para atenuar a política econômica de concentração de renda e de arrocho dos salários dos trabalhadores e, de outro, perante a deterioração das condições de vida da população, incluindo os setores médios e o movimento crescente de rearticulação organizada da sociedade civil, o que coloca as políticas sociais no patamar de conquista política da cidadania, o Serviço Social se encontra pressionado pela demanda do Estado, que exige a modernização técnica da profissão para assumir, eficazmente, a função de mediador entre o amplo aparato assistencial e seus beneficiários e a função de conquistar o apoio das populações aos programas governamentais de desenvolvimento. (SILVA E SILVA, 1994, p. 91-92)

Assim, a reorganização das “relações entre Estado e demandas sociais” (JACOBI, 1989, *apud* ABREU, 2002, p. 150) é marco condicionante para o alcance de uma nova institucionalidade política no país. Decorrem, sobretudo, de lutas que visam à democracia e o atendimento de reivindicações dos setores organizados que lutam por melhores condições. O fim do milagre econômico é um dos fatores que agravam a crise social pela qual o país enfrenta, quando de um lado se visualiza o surgimento de uma onda democratizante e do outro o reducionismo das condições estatais. Apesar deste reducionismo que adentra os anos 80,

criam-se condições concretas para o avanço do projeto profissional identificado com os interesses das classes subalternas, determinadas pelo referido movimento de democratização, das relações sociais, em que avançam estratégias de politização dessas relações integradas às lutas sociais e organização das referidas classes e, contraditoriamente, pelas estratégias estatais no âmbito das políticas sociais direcionadas à busca de legitimidade do sistema de poder em crise (ABREU, 2002, p. 151)

Portanto, a reconstrução da profissão nessa intencionalidade visa um aprofundamento das tradições marxistas, mas cabe atentarmos nesta etapa para um redirecionamento da profissão num perfil pedagógico, defrontando-se com uma “lógica privatista nas políticas sociais assistenciais” (ABREU, 2002, p. 153). Isto parece indicar também para o fato de que as respostas aos problemas sociais definem-se com base nos interesses econômicos privados,

mas na prática profissional o que a categoria de Assistentes Sociais enfrenta é o encolhimento do investimento e do capital estatal em prol de necessidades sociais,

Assim é possível destacar uma tendência que se limita aos compromissos com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social, portanto, no horizonte das conquistas que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de Bem Estar, muitas vezes tida como o fim último da intervenção profissional, e outra tendência que se coloca considerando o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista, a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa. (ABREU, 2002, p. 154)

Logo, a profissão se vê desafiada a atender às novas configurações da alavancada capitalista e nesta perspectiva, Yazbeck (2000) fundamenta que isto ocorre quando da necessidade de qualificação e sistematização do espaço socio-ocupacional, com a intencionalidade de “atender a requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social”. A autora reforça que nesse contexto em que a profissão começa a se legitimar e ocupar espaço na divisão sócio-técnica do trabalho, é que o Serviço Social brasileiro passa a seguir a matriz positivista, com a perspectiva de ampliar os referenciais técnicos para a profissão. Este suporte se faz necessário para a qualificação técnica de seus profissionais, abordando as relações dos indivíduos no campo do imediato. Esta perspectiva não aponta para uma reviravolta da profissão, mas acaba sim,

Configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas par a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento: enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais. (YAZBECK, 2000, p. 23)

Como salienta Yazbeck (2000), neste momento histórico, ainda que dotado de um referencial teórico precário num primeiro momento, o Serviço Social apresenta a intencionalidade de ruptura com os padrões ainda conservadores. Posicionado do ponto de vista sócio-político, a profissão passa a questionar sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social, concomitantemente se aproximando dos movimentos sociais. Portanto, outro marco na história da profissão parece iniciar-se com a intencionalidade de ruptura com estes aspectos conservadores da profissão, rumo a uma diferenciação teórico-metodológica

que será marcante na atuação profissional, bem como do processo de avanço do conhecimento até os dias atuais.

3.1.2. Serviço Social nos anos 90 e a atuação profissional frente aos novos desafios

A década de 90 traz em sua historicidade, tanto em nível nacional quanto mundial, elementos marcantes que configuram mudanças estruturais nos campos sociais, político e econômico e que por sua vez, vão influenciar e delinear características para a atuação profissional. Ao resgatar que os anos 80 e 90 foram adversos para as políticas sociais graças a reestruturação de mecanismos de acumulação do capitalismo em nível mundial, Yazbeck (2000) reforça que nos anos 90 tal enfraquecimento das políticas sociais resultou na erosão das bases do sistema de proteção social e no redirecionamento das intervenções do estado em relação às expressões da questão social. Ela complementa que

Nestes anos, em que as políticas sociais vêm sendo objeto de um processo de reordenamento, subordinado às políticas de estabilização da economia, e a opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil, e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza, no âmbito do estado (apesar da Constituição de 1988), novas questões se colocam ao Serviço Social, quer do ponto de vista de sua intervenção, quer do ponto de vista da construção de seu corpo de conhecimentos. (YAZBECK, 2000, p. 29)

Resgatando a importância da questão social enquanto objeto da intervenção profissional, ao fazer alusão ao surgimento desta enquanto mola propulsora da profissão, Iamamoto (1983) resgata que

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente a generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. (IAMAMOTO, 1983, p. 127)

Deste modo, a uma característica marcante do Serviço Social é a questão social como objeto de sua intervenção desde o início da profissão, o que ao longo dos anos possibilitou diversas análises sobre seu fundamento, nem sempre superando a rotulação de benevolência e

da caridade, que somente a partir dos anos 90 começa a ser desmistificado. Acerca da manifestação da questão social, Arcoverde (1999, p.79) destaca que

Nascida na confluência ou divergência do trabalho e do capital, a questão social, enquanto expressão das desigualdades da sociedade capitalista brasileira manifesta-se, é reconhecida e problematizada, mas nem sempre enfrentada. Nascido igualmente no cenário das bases da produção capitalista que produz e reproduz a questão social, o Serviço Social, mediante os seus profissionais trabalham-na, seja junto aos indivíduos que a experimentam no trabalho, na família, na saúde, no acesso aos serviços públicos ou nas formas de sociabilidade. Os sujeitos que a vivenciam, a ela se opõem e resistem. Essa tensão da produção e de sua resistência é o terreno fértil sobre o qual se move o assistente social.

3.2. SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Quando analisamos a categoria trabalho enquanto mola propulsora das relações sociais, faz-se necessário compreender em que contexto o Serviço Social se insere, pois na sociedade capitalista, a profissão possui um significado social que precisa ser considerado. De acordo com Yamamoto (1988) a profissão merece ser situada como um “dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas.” (p. 71). Assim, esta reprodução das relações sociais deve ser entendida como a reprodução da totalidade do processo social, uma totalidade concreta que está em processo de estruturação permanente, expressando-se em várias vertentes: no cotidiano, no trabalho, na família, no lazer e na profissão.

Para a percepção desta conjuntura, Yamamoto (1988) sugere que a diretriz do trabalho do Assistente Social deva ser entendida sob dois pontos de vista, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno,

como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-metodológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (IAMAMOTO, 1988, p. 73)

Também nessa direção, Guerra (2007) considera que as novas configurações do mundo do trabalho incidem na qualidade das demandas postas ao Assistente Social, demandas estas engendradas pelos interesses distintos das representatividades as quais o Assistente

Social se alia: instituições, usuários, segmentos da classe dominante, o que no fim se configura em desafio para a profissão, quando se exige novas habilidades profissionais e competências que confirmem qualidade na intervenção profissional.

Iamamoto (1999) defende que parte deste desafio se configura numa análise da realidade que permita a este profissional decifrar a realidade a ponto de construir propostas de trabalho criativas e que sejam capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas que se apresentam cotidianamente. Ela complementa que isto se faz necessário quando este profissional se vê desafiado a responder de maneira eficaz as mais diversificadas expressões da questão social, indo além da mera implementação de políticas públicas, ou seja, exige-se cada vez mais um profissional qualificado a ponto de não só executar, mas também de formular e gerir políticas sociais, públicas e empresariais.

Mas quando consideramos o Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho, ou nos termos de Iamamoto (2006) “uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (p. 22), é preciso que se leve em conta algumas das inflexões do mundo do trabalho as quais o profissional Assistente Social também está sujeito. Embora regulamentado como uma profissão liberal, dispondo de um Código de Ética e de um Projeto Ético Político os quais são norteadores da profissão, essa característica liberal da profissão não se configura como tradição na sociedade brasileira. O Assistente Social é sim um trabalhador especializado, que vende sua capacidade de trabalho àqueles que a demandam em troca de um salário, reproduzindo o conhecido processo de compra e venda da força de trabalho especializada, que também acaba inserindo o Serviço Social no universo de mercantilização, no universo de valor. Iamamoto (2006) explica que a profissão passa a se configurar como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário, possuindo valor de uso e utilidade social, entretanto possuindo um leque de possibilidades pra sua atuação, ultrapassando a idéia construída historicamente de que esta categoria profissional se destaca meramente na implementação de políticas sociais,

Assim, por exemplo na empresa, o assistente social pode participar do processo de reprodução da força de trabalho e/ou da criação da riqueza social, como parte de um trabalhador coletivo. Já no campo da prestação de serviços sociais governamentais, ao operar com o fundo público, participa do processo de redistribuição da mais valia social. Ai seu trabalho se inscreve, também no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública. Pode contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização – no processo de construção de uma contra-hegemonia no bojo das relações entre as classes – ou para o reforço das estruturas e relações de poder preexistentes, com efeitos no campo político-ideológico,

dependendo do projeto ético político assumido pelo profissional e do jogo de forças políticas em que se realiza. (IAMAMOTO, 1999, p. 114)

A profissão não é afetada somente pelas mudanças societárias que vem ocorrendo ao longo dos tempos, as quais refletem e alteram as condições e relações de trabalho das diversas categorias. Tais mudanças afetam também de maneira significativa a categoria dos Assistentes Sociais, que se vêem constantemente desafiados a atuar cada vez mais em consonância com um projeto ético-político que acene para a potencialização da universalidade e do acesso a direitos sociais básicos. O espaço de atuação do Assistente Social também é afetado por estas transformações, quando estas se refletem nas particularidades históricas do Serviço Social

redimensionando as políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, decorrentes de novas e mais complexas relações entre estado e sociedade civil, de onde deriva um novo padrão de enfrentamento da questão social (Cf. Montaño, 2003), caracterizado por medidas focais e paliativas de combate à pobreza, pelo estabelecimento de redes de proteção social, pelo crescimento do terceiro setor e de práticas voluntárias e voluntaristas, tais como a proposta atual da economia solidária e do corporativismo. (GUERRA, 2007, p. 06)

E a autora complementa que

Mediado pela lógica do mercado, o exercício profissional sofre um redimensionamento pelas alterações ocorridas na esfera dos serviços sociais e nas demandas. No que se refere às mudanças nos serviços, a estes é incorporada a lógica da produção capitalista, alterando suas condições e relações de trabalho e formas de sociabilidade. Aqui passam a operar mediações até então concebidas como estranhas ao universo profissional considerado como o de prestação de serviços vinculados à proteção social, e o assistente social, equivocadamente reconhecido como um profissional liberal. (GUERRA, 2007, p. 07)

Assim, no que tange à atuação do Assistente Social na esfera da Responsabilidade Social como um campo de possibilidade de atuação, seguindo uma vertente do Terceiro Setor, a atuação deve ser embasada numa racionalidade crítica e atenta para as “armadilhas” ocultas neste cenário.

Numa perspectiva mais crítica, Montaño (1999) destaca que tanto o Serviço Social como outras profissões sociais tendem a ser significativamente golpeadas neste processo, não somente pelas novas relações que passam a se configurar pela hegemonia do capital, mas pela ideologia que é pregoada quanto ao milagroso Terceiro Setor. Ele critica que em países como o Brasil, o tema vem sendo tratado com *status* de salvacionismo e de maneira pouco ou nada

crítica, não somente pela sociedade em geral, que compra a idéia já pronta dos meios de comunicação e pelos seus agentes financiadores (por exemplo, grandes corporações internacionais e o próprio governo) de que a solução para a pobreza e exclusão está situada neste setor que promove o voluntariado e a benevolência, mas também pela academia, que ainda não debate de forma contundente a profissionalização da Assistência Social voltada para o enfraquecimento de direitos sociais, resultados de incansáveis lutas sociais construídas ao longo de décadas.

Outro ponto que o autor destaca é que as ações desempenhadas por estes engajados atores tendem a ser ações emergenciais, de curto prazo, que causam uma relação de dependência dos usuários com os prestadores de serviços naquele momento, pois na medida em que não tiverem mais o vínculo ou não se enquadrarem nos critérios meritocráticos, deixam de ser alvo das intervenções propostas. Ele também chama a atenção para a definição de papéis a partir da desregulamentação do Estado, insuficiente no financiamento de políticas públicas e até burocratizado na gestão destas, quando o setor empresarial se volta pra o atendimento de demandas nas áreas da previdência e saúde (diga-se de passagem, setores alvo de privatizações em escala mundial), enquanto que o Terceiro Setor dirige suas atenções aos setores mais carentes e subalternizados da sociedade. Ele defende a idéia de que

Nesse sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção da “questão social” e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONG’s fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa pra o setor empresarial. (MONTAÑO, 2002, p. 23)

Contudo, é a partir da década de 90 que se destaca o processo de transferência das responsabilidades estatais para a sociedade civil no campo das prestações de serviços sociais, na crescente parceria do Estado com as ONG’s, que neste período passam a ganhar mais visibilidade e atuam nas mais diversificadas áreas, desenvolvendo atividades como pesquisas, assessorias, educação popular, campanhas e denúncias, configurando em espaços de atuação dos Assistentes Sociais junto com outros profissionais. Komeyama (1999) atenta para esta nova forma de parceria entre sociedade e Estado,

baseada em resultados que conjugam autonomia, flexibilidade e responsabilidade na produção e oferta de bens e serviços. O estado assume o financiamento total ou parcial, enquanto as organizações sociais são qualificadas pelos resultados pactuados através de contratos de gestão. (KOMEYAMA, 1999, p. 211)

Mas Iamamoto (1999) lembra que estes espaços também são utilizados como formas de terceirização da prestação de serviços sociais, processo este que evita a ampliação do quadro de funcionários públicos, na medida em que o estado simplesmente fecha parcerias com estas organizações, com primazia para os laços de solidariedade, incentivo ao voluntariado, que se transformam em focos de apoio diante das crescentes dificuldades de sobrevivência.

Outro aspecto que se sobressai é a expansão da filantropia empresarial. Nos termos de Iamamoto (1999)

ou um novo tipo de ação social por parte das denominadas empresas cidadãs ou empresas solidárias, que fazem investimento social em projetos comunitários de interesse público, potencial espaço ocupacional para os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 1999, p. 123)

E a autora complementa a observação de que

O investimento em dinheiro, tecnologia e mão-de-obra por parte das empresas realiza-se em busca de uma melhor imagem social, de ampliar vendas e conquistar mercado, da preocupação com a própria sobrevivência empresarial, com a vantagem de usufruírem dos estímulos oferecidos pelo incentivo fiscal de 2% sobre o lucro operacional. (IAMAMOTO, 1999, p. 123)

Assim,

O novo espírito social de dirigentes de grandes grupos econômicos expresso na atualidade, não pode ser confundido com impulsos distributivos e/ou humanitários generosos. Trata-se de uma recente tendência das empresas de apresentarem uma fase social inscrita em suas estratégias de marketing. Em outros termos, o mote da solidariedade humana, da preservação da natureza para o desenvolvimento auto-sustentado, do compromisso com a redução da pobreza e exclusão passam a ser utilizados como meios de atribuir respeitabilidade e legitimidade social ao empreendimento, estimulando a elevação de seus índices de rentabilidade. (IAMAMOTO, 1999, p. 124)

A análise de Komeyama (1999) caminha nesta direção, quando o autor afirma que a emergente filantropia empresarial atinge um novo patamar, adquirindo a “forma de políticas sociais empresariais que se efetivam sob o discurso de missão ou responsabilidade social.” (p.

209). O autor complementa que o Assistente Social é requisitado nestas empresas com a incumbência de “implementar, gerir e coordenar a política de recursos humanos. Trata-se de ações sociais internas, que tem por objetivo motivar os empregados para otimizar seu desempenho.” (KOMEYAMA, 1999, p. 211)

Também é importante frisar que o processo de reestruturação produtiva alterou significativamente as relações de trabalho, tanto específica como de maneira mais geral e globalizada. Este processo gera crises sociais no mundo do trabalho, com as suas relações alteradas constantemente, inclusive, a prática do Assistente Social na mediação destas relações. Assim, o trabalho deste profissional está cada vez mais ligado às novas formas de produção e reprodução do trabalho, como reflexo da relação direta entre trabalho e capital, alterações estas que são apenas um dos determinantes dos rearranjos propostos à prática profissional. Mota (1998) considera que este processo desenvolve-se em dois planos:

um mais visível e imediato, relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional, como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho do profissional; o outro, mais amplo e complexo, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentam como respostas qualificadas ao enfrentamento das questões que lhe são postas. (MOTA, 1998, p. 25)

Portanto, a caminhada do Assistente Social em prol da efetivação de seu projeto ético político encontra em seu cotidiano as mais diversas contradições. Estas contradições devem ser superadas de maneira criativa, o que exige deste profissional uma leitura crítica da realidade, capaz de superar o imediatismo das ações, tantas vezes exigidas na dinâmica institucional na qual o Assistente Social se insere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações engendradas entre Estado e Sociedade Civil se alteram constantemente na medida em que os interesses de cada instância se sobressaem, ou seja, embora o processo de democratização tenha ressurgido sugestionando uma “parceria” entre estas instâncias, o que se observa na prática é que os interesses são antagônicos, embora se confluam em alguns determinados momentos. A participação e influência do mercado nestas relações são determinantes, pois as condições de cidadania e pertencimento social a cada dia são fortalecidas de acordo com a conjuntura econômica.

Nesta perspectiva, a discussão em torno do aspecto social ganha formas delineadas, mas não pela universalização de direitos sociais, nem pela emancipação dos sujeitos, tão pouco pela efetiva prática democrática ou exercício da cidadania, mas sim salta aos olhos quando das conseqüências que o modo de produção capitalista impõe para sua manutenção. Torna-se uma constante a discussão em torno da Responsabilidade Social enquanto “alternativa” de resolução dos problemas historicamente engendrados da relação capital x trabalho e não só estes, mas a questão ambiental e cultural também é incorporada a esta modalidade. O preceito da sustentabilidade se torna o supra-sumo desta discussão, pois desastres ambientais castigam cada vez mais a população em todo o mundo, o consumo desenfreado de uma parcela da população enquanto outra busca alternativas desumanas de sobrevivência é uma constante, sem contar os impactos econômicos e sociais aos quais estamos sujeitos.

Na direção deste enfrentamento, as empresas se vêem desafiadas a atuar em nome de uma “responsabilidade” para com o social, ou seja, o Marketing Social que elas praticam torna-se um diferencial competitivo e uma realidade cada vez mais presente no cotidiano de empresas e em instituições de diferentes áreas de atuação. As preocupações para com as conseqüências do avanço frenético da globalização concretizam-se em atuações geralmente de médio e curto prazo, sob a forma de Projetos e Programas direcionados a um público restrito, mas sempre com a intenção de “tocar” as pessoas, estimulando práticas como o voluntarismo e a filantropia. As empresas e instituições passam a adotar políticas de Responsabilidade Social Empresarial como meio, objetivando o fim da potencialização dos lucros e a melhora da imagem da mesma junto ao seu público e à sociedade.

Ora, o Estado parece não ter mais forças em gerir sozinho os cuidados para com as camadas sociais menos favorecidas, aí percebe-se a adoção de um Estado mínimo para o trato das expressões da questão social e máximo em benefício do fortalecimento capitalista. Na

atualidade, os impulsos que os governos em geral vem oferecendo as empresas, organizações e corporações neste momento de crise cíclica do sistema caracterizam esta afirmativa, enquanto que recursos para com o social na realidade brasileira até que ultimamente vem sendo estimulados, mas não com o reforço da cidadania enquanto objetivo principal, mas sim, para aquecer o mercado e contornar a crise atual.

Permanece ai um desafio para o Serviço Social. A luta por direitos sociais é possível de ser vencida quando se faz o eficaz enfrentamento ao sistema, porém, trata-se de um sistema que não se finda com a substituição por outro modo de produção. O capitalismo é hegemônico e engendra todas as relações sociais, políticas e econômicas. Logo, a garantia da universalização de direitos sociais, enquanto atuação do Assistente Social sofre fortes influências e passa por uma transformação na sua metodologia. O espaço do Terceiro Setor emergiu como promissor no campo da atuação profissional, mas não confere elementos suficientes para tornar possível a efetiva garantia da universalização de direitos sociais. A “pilarantropia” (como define Montaña) é mascarada por ações de Responsabilidade Social que não potencializam sujeitos, ao contrário, os tornam cada vez mais subservientes, dependentes daquela ajuda ou caridade prestada. A máxima de “não dar o peixe, mas ensinar a pescar” torna-se uma necessidade para a emancipação dos sujeitos, para o exercício da efetiva democracia e possível transformação social. Agregar valor em cima da caridade tornou-se moda entre as instituições, embora mereça ser ressaltado que empresas “pilarantropicas” não são hegemônicas, elas competem fortemente com aquelas que exercem práticas sociais efetivamente comprometidas para com o social e seus aspectos intrínsecos, empresas que potencializam os preceitos da ética e transparência nas suas atuações, que são de fato responsáveis.

Conforme abordado neste trabalho, faz-se necessária uma diferenciação entre “socialmente responsável” e “responsável socialmente”, pois esta é a diferenciação que delimita a atuação das empresas. Empresas que fazem um ou outro projeto e divulgam que fazem Responsabilidade Social tem que ser diferenciadas daquelas que transformam em uma constante no cotidiano de trabalho e atuação junto a sociedade a discussão de valores éticos, transparentes (estes como princípios básicos da verdadeira atuação de RSE). Importante frisar que para este aspecto se faz fundamental a atenção do Serviço Social, o qual tem no seu trajeto acadêmico os elementos de discussão possíveis do entendimento da conjuntura, mas não todos os meios de potencializar a atuação responsável socialmente, uma vez que é no campo da Administração onde encontramos a maioria das referências que tratam desta modalidade de atuação.

Uma alternativa à efetiva transformação da Responsabilidade Social enquanto prática verdadeiramente comprometida para com os aspectos sociais é a troca de conhecimentos entre as áreas social e administrativa, pois não se pode negar que a lucratividade é motivadora desta atuação, mas também não podem ser deixadas de lado as expressões da questão social que são norteadoras destas atuações. Portanto, a junção e o conseqüente aproveitamento dos conhecimentos profissionais, neste caso, são de suma importância, embora não se configure na realidade da maioria das empresas.

Na CAIXA esta realidade não é diferente. Embora o profissional Assistente Social exista na Instituição, atuando nas Gerências de Filial de Desenvolvimento Urbano na função de Técnico-Social, com a direção de atuação semelhante a de profissionais de outras áreas, o seu diferencial é percebido quando o profissional traz a tona elementos adquiridos na academia e que são sumários para a discussão. A especificidade da profissão é percebida, portanto, no trato das expressões da questão social, seu objeto de intervenção e mais ainda, quando da pró-atividade deste profissional, que busca conhecimento em áreas diversificadas, a fim de amplificar a prática e o debate. Como contextualiza Iamamoto (2006), o profissional deve ser cada vez mais propositivo, atento as discussões e acontecimentos da realidade, pois a sua atuação é passível de mudanças a cada institucionalidade, por isso cada vez mais a necessidade de uma atuação norteada por um projeto profissional que se fundamente num projeto ético político.

A partir da contextualização exposta, concluímos que a inserção do profissional Assistente Social nas práticas de Responsabilidade Social da CAIXA se faz necessária, justamente por entender que esta categoria dispõe de um conhecimento diferencial, que contempla elementos que possam potencializar esta atuação, quando conectados a outras áreas. O reconhecimento a este profissional deve ir além do campo da sua atuação voluntária, pró-ativa, deve sim caminhar na direção do reconhecimento da real possibilidade de contribuição da categoria no debate e atuação.

REFERÊNCIAS

AA1000. **Sobre normatização**. Disponível em:

<<http://www.crescer.org/glossario/doc/1.pdf>> Acesso em: 11 fev. 2009.

ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antonio. **Política social e combate a pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989. 126 p.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002. 240p.

AD NUTUM. **Significado da expressão**. Disponível em:

<http://www.sualingua.com.br/04/04_adnutum.htm> Acesso em: 10 fev. 2009.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão Social no Brasil e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**, Brasília: CEAD, 1999. p. 73-86

BALANÇO Social. **Sobre esta ferramenta de gestão**. Disponível em:

<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 11 fev. 2009.

BATAL, Ana Lúcia. **Fórum Lixo e Cidadania: Uma proposta de parceria participativa na Responsabilidade Social da Caixa**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Especialização à Distância em Política Social e Desenvolvimento Urbano, UNB/CAIXA, Vitória, 2007.

BRASIL, Caixa Econômica Federal. **Balanco Social 2007**. Gerência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial da CAIXA, Brasília, 2007.

_____, _____. **Caderno de Orientação Técnico Social**, Superintendência Nacional Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável, 2008.

_____, _____. **Manual Normativo Interno – PO012 versão 001, Responsabilidade Social Empresarial**, 2008.

_____, _____. **Caderno CAIXA Nós Podemos. CAIXA ODM – Mudança nas Comunidades Brasileiras**, Gerência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial da CAIXA, Brasília, 2008.

_____, _____ et.al. **Relatório de Diagnóstico Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2008**, 2008.

_____, _____. **Programa Coleta Seletiva**. Disponível em:

<http://www.sistemas.sudup.mz.caixa/politica_ambiental/index.html> Acesso em: 06 jan. 2009.

_____, _____. **Slogan da Instituição**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>> Acesso em 05 nov. 2008.

_____. **Lei n. 5.940 de 25 de Outubro de 2006**. Estabelece a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/legislacao/menu/legislacao/DECRETO%205%20940.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2008.

_____. **Decreto Federal de 11 de Setembro de 2003**. Estabelece Criação do Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Disponível em:

<<http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/menu/legislacao/Decreto%20Comite.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2008.

BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos direitos humanos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 53, pg. 09-45, 1997.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Método, 2007. 229p.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXV, n. 77, p. 148-176, 2004.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. Liberalismo e direitos humanos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXIV, n. 74, pg. 151-181, 2003.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, p. 139-182, 2004.

CURSO Conhecendo a Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em:

<<http://universidade.caixa/escolas-e-programas/cidadania-integracao-corporativa/cursos/rse-avaliacao/>> Acesso em: 10 fev. 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXVI, n. 82, p. 82-101, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio século XXO: O dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1999 (4 imp.) 2128p.

FLORIANÓPOLIS. Caixa Econômica Federal. **1º Seminário Regional CAIXA de Responsabilidade Social**. Florianópolis: CAIXA, 2008. 41 slides, color. Slides gerados a partir do software power point.

GOIS, João Bosco Hora, SANTOS, Aline de Oliveira, COSTA, Isis Santos. Responsabilidade Social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos e seus atores. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo; Cortez, ano XXV, n.78, p. 82-110, 2004.

GRUPO de Institutos, Fundações e Empresas – GIFES. **Objetivo da Instituição**. Disponível em: <<http://www.gifes.org.br>> Acesso em: 02 nov. 2008.

GUANABARA, Cristiane Pires. **Plano de Estágio**. Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVIII, n. 91, p. 5-33, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**, 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995. 216p.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: _____. **Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 112-126.

_____. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 326p.

_____; CARVALHO, Raul de. CENTRO LATINO-AMERICANO DE TRABAJO SOCIAL. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 2 ed. São Paulo: Cortez/Celatz: [Lima,Peru], 1983. 383p.

_____; _____. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 380 p.

INSTITUTO Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. **Sobre sua fundação**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>> Acesso em 02 nov. 2008.

INSTITUTO Ethos. **Sobre a Instituição e alguns conceitos ali trazidos**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 17 jan. 2009.

KARKOTLI, Gilson Rihan. **Responsabilidade Social empresarial**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006. 156p.

KOMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. **Cadernos CEAD-CEFESS**, Brasília: CEAD-UNB, vol. 4, p. 197-213, 1999.

MEA CULPA. **Significado da expressão**. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mea_culpa > Acesso em: 02 nov.2008.

MEDIDA Provisória. In: **ALMANAQUE ABRIL: Brasil**. São Paulo: Abril, 2006, p. 66.

MELHORES Práticas. Disponível em:
<https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/melhores_praticas/guia/m5_t01.htm > Acesso em: 10 fev. 2009.

MONTAÑO, Carlos. Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e Terceiro Setor em questão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XX, n. 59, p. 47-79, 1999.

_____. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**, São Paulo: Cortez, 2002. 288p.

MOTA, Ana Elisabete da. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 1998, 215p.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas (SP): Autores Associados, 2004. 112p.

ODM. **Surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em:
<<http://www.odmbrasil.org.br>> Acesso em: 11 fev. 2009.

PACTO Global. **O que é**. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br> > Acesso em: 11 fev. 2009.

PAIM, Clarice. **Responsabilidade Social**. Curso de Especialização MBA em Gestão de Pessoas, Ibgem/Unesc, Santa Catarina, 2006.

PENSAMENTO Nacional das Bases Empresariais – PNBE. **Sobre a Instituição**. Disponível em: <<http://www.pnbe.org.br> > Acesso em 02 nov. 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XIX, n. 56, p. 60-76, 1998.

_____. **Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 215p.

PFEIFER, Mariana. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. **Responsabilidade Social das empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal?** Florianópolis, 2006. 176f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

PROGRAMA Coleta Seletiva. Disponível em: <<http://www.coletasolidaria.gov.br>> Acesso em: 06 jan. 2009.

ROMAN, Artur. **Responsabilidade Social das Empresas: Um pouco de história e algumas reflexões.** Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/11_rs_empresas.pdf> Acesso em: 02 nov. 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999. 649p.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XV, n. 44, p. 77-102, 1994.

STEIN, Rosa Helena. Texto Básico 1, Desigualdade, Pobreza e Exclusão Social: aproximação Conceitual e Realidade contemporânea. **Desigualdade, Pobreza e Exclusão: problemas conceituais**, Brasília, UNB, 2006.

TEOLOGIA da Libertação. **Artigo sobre Fóruns de Teologia da Libertação.** Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>> Acesso em: 12 fev. 2009.

YAZBECK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: _____. **Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais**, Brasília: CEAD, p. 19-34, 2000.

ANEXOS

CAIXA – Principais fontes de recursos

OGU – Orçamento
Geral da União

FGTS – Fundo de
Garantia por Tempo
de Serviço

CAIXA – Recursos
como Banco:
Poupança, Aplicações

VIURB

SUDUP – Superintendência Nacional de Parcerias e Apoio ao
Desenvolvimento Urbano

GIDUR/Florianópolis – Gerência de Desenvolvimento
Urbano

REDUR
Blumenau

REDUR
Chapecó

REDUR
Criciúma

REDUR
Joinville